



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL E
GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS AGROALIMENTARES**

KLEISE OEIRAS DE ALMEIDA

**ALDEIA INDÍGENA AKRĀTIKATÊJÊ E A CASTANHA-DO-PARÁ:
LEVANTAMENTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARA CONTRIBUIR NO
PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO INDICAÇÃO GEOGRÁFICA.**

**MARABÁ, PA
2018**

KLEISE OEIRAS DE ALMEIDA

**ALDEIA INDÍGENA AKRĀTIKATÊJÊ E A CASTANHA-DO-PARÁ:
LEVANTAMENTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARA CONTRIBUIR NO
PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO INDICAÇÃO GEOGRÁFICA**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA Campus Castanhal, como parte dos requisitos necessários a obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Suezilde da Conceição Amaral Ribeiro

Co-orientador: Prof. Dr. Antônio Jorge Paraense da Paixão

**MARABÁ, PA
2018**

Almeida, Kleise Oeiras de

Aldeia indígena Akrātikatêjê e a castanha-do-pará:
levantamento histórico e geográfico para contribuir no processo de
certificação indicação geográfica / Kleise Oeiras de Almeida. –
Belém, 2018.

69 f.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural
Sustentável e Gestão de Empreendimentos Agrícolas) – Instituto
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Campus Castanhál,
2018.

Orientador: Dra. Suezilde da Conceição Amaral Ribeiro

1. História indígena 2. Akrātikatêjê 3. Extrativismo vegetal I.
(orient.) II. Título.

CDD – 980.00498

KLEISE OEIRAS DE ALMEIDA

ALDEIA INDÍGENA AKRĀTIKATÊJÊ E A CASTANHA-DO-PARÁ: LEVANTAMENTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARA CONTRIBUIR NO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA Campus Castanhal, como parte dos requisitos necessários a obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares.

Data de Aprovação

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Suezilde da Conceição Amaral Ribeiro
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará–IFPA
Campus Castanhal.
(Orientadora)

Prof. Dr. Laércio Gouvêa Gomes
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará –
Campus Belém.

Prof. Dr. José Sebastião Romano de Oliveira
Universidade Federal Rural da Amazônia – Capitão Poço

Prof. Dr. Cícero Paulo Ferreira
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará –
Campus Castanhal (suplente)

DEDICATÓRIA

Dedico esta, bem como todas as minhas demais conquistas, aos meus amados pais Pedro e Dora.

AGRADECIMENTOS

A Jesus Cristo quem está sempre presente guiando os meus passos
Aos meus pais, por me mostrarem o caminho da vida na humildade e na dignidade;
Aos meus irmãos que sempre acreditaram em mim e me deram palavras de apoio;
À Suezilde, minha orientadora, a qual representa, nesse momento, não apenas a mestra, mas a conselheira e amiga, por quem tenho guardado um sentimento de eterna gratidão.

Ao Jorge Antônio Paraense pela atenção e pelo conhecimento repassado.

Aos meus amigos que sempre torceram por mim e me apoiaram em cada decisão tomada; em especial Érica Cristina, Rogério Soares, Jocilene Wanzeler e Fernanda Barata.

Aos indígenas da Aldeia Akrātikatêjê que me acolheram e me ajudaram com todo carinho no percurso da pesquisa.

Ao Caio Romano e Cauê Moreno com o desprendimento em ajudar-nos com serviços publicitários.

Por fim, a minha comunidade Católica Padre PIO X localizada no condomínio Salinas, espaço esse, que me restabelece na fé e na perseverança ao desempenhar o trabalho como catequista.

RESUMO

Os indígenas, das etnias *Akrātikatêjê*, *Kÿikatêjê* e *Parkatêjê*, estabeleceram-se na mesorregião do Sudeste Paraense, na Terra Indígena denominada Mãe Maria. Suas práticas culturais, mantém uma relação direta com a floresta, por meio do cultivo e uso de produtos extraídos dela, como por exemplo a Castanha-do-Pará, a qual também é fator de conflitos agrários. Este trabalho apresenta um levantamento histórico e geográfico das práticas cotidianas indígenas, a partir do cultivo da Castanha-do-Pará, na “Terra Indígena Mãe Maria” e na aldeia *Akrātikatêjê*, o povo Gavião da Montanha na busca de contribuir para a gestão, pelos indígenas, do territorial e do meio ambiente. Nossa pesquisa constitui uma das etapas necessárias à aquisição do selo de indicação geográfica de denominação de origem da castanha extraída da floresta. O trabalho foi realizado utilizando-se de entrevistas com indígenas *Akrātikatêjê* na aldeia, pesquisa de campo e pesquisa bibliográfica, por meio dos quais foi possível verificar as diferentes estratégias de resistência e enfrentamento que os indígenas utilizam contra as ações que prejudicam sua existência, em favor do desenvolvimento. Compreende-se que o histórico sobre a origem da Castanha-do-Pará da Terra Indígena Mãe Maria, bem como sua denominação, é relevante a subsistência indígena, porque esse produto, altamente valorizado no mercado, é pouco rentável para as aldeias, pois os indígenas comercializam por valores muito abaixo do mercado. Compreendemos também que a Castanha-do-Pará é uma fonte de subsistência importante para as populações indígenas, no âmbito econômico, social e cultural, pois ao conhecermos a história desses povos das florestas percebemos o valor desta amêndoia, como forma de representação da identidade desses povos.

Palavras-chave: História indígena. *Akrātikatêjê*. Extrativismo vegetal.

ABSTRACT

Indigenous people such as the *Akrātikatêjê*, *Kŷikatéjê* and *Parkatêjê*, located in the mesoregion of the Southeast of Paraense, in the Mãe Maria Indigenous Land, have a direct relationship with forest products, as is the case of Brazil nuts. quite a long time. Even being a factor of conflicts within their territories. The purpose of this is to make a historical and geographic survey of TI M  e Maria and the *Akr  tikat  j  * village, Gavião da Montanha village and its relationship with the Brazil nut, aiming to contribute to territorial and environmental management, by conducting a stage for the geographical indication of designation of origin of chestnuts extracted from the forest. In the work interviews were conducted with indigenous *Akr  tikat  j  * in the village, field research and bibliographical research. The different strategies of resistance and confrontation of policies that harmed its existence in favor of development were verified. A designation of origin for the Brazil nut will be relevant for the Indians, who sell nuts at a price well below the market, for the history and valorization of their territory and products from the forest. The rebirth of a village, through Brazil nut, a source of food and income for indigenous populations, emphasizes the importance of this oilseed as part of the identity of a people.

Keywords: Indigenous history. *Akr  tikat  j  *. Vegetal extractivism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 -	Distribuição percentual da população residente, por cor ou raça - Brasil, 1991/2010.....	13
Figura 02 -	População Indígena.....	14
Figura 03 -	Castanha-do-pará A: aspecto geral; B: ramo fértil; C: Inflorescência; D: ouriços e castanhas.....	20
Figura 04 -	Imagen via satélite da Aldeia indígena <i>Akrātikatêjê</i>	24
Figura 05 -	Primeira reunião com a cacique Katia Cilene <i>Akrātikatêjê</i> e integrantes da aldeia.....	26
Figura 06 -	(a) Entrevista com a cacique da aldeia; (b) pesquisa realizada com o administrador da aldeia.....	26
Figura 07 -	Imagen via satélite, da Terra Indígena Mãe Maria, localizada no município de Bom Jesus do Tocantins, no estado do Pará.	27
Figura 08 -	Mapa de localização da Terra Indígena Mãe Maria, localizada no município de Bom Jesus do Tocantins, no estado do Pará, com a ferrovia da Companhia Vale e a Rodovia BR 222 destacadas.....	31
Figura 09 -	Vista frontal da atual escola <i>Akrātikatêjê</i>	39
Figura 10 -	Imagen via Satélite da aldeia.....	39
Figura 11 -	Representação das “colocações” que tem nome (com castanha) e que não tem nome (sem castanha) e seus ramais de acesso.....	41
Figura 12 -	Saca com castanhas coletadas pelos castanheiros.....	42
Figura 13 –	Carregamento das sacas para a carroceria do carro pelos indígenas.	43
Figura 14 –	Chegada do carro à aldeia e descarregamento das sacas.....	43
Figura 15 –	a: Chegada da castanha no armazém da aldeia; b: armazenamento da castanha	44
Figura 16 –	Indígenas fazendo proteção de homem branco contratados para coleta de castanha, de homens brancos invasores	45
Figura 17 –	Indígenas <i>Akrātikatêjê</i>	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- COOPERACRE** – Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre.
- CVRD** – Companhia Vale do Rio Doce -Mineradora Multinacional Brasileira
- ELETRONORTE** – Centrais Elétricas do Norte do Brasil
- FUNAI** – Fundação Nacional do Índio
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INPE** – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
- INPI** – Instituto Nacional da Propriedade Industrial
- LPI** – Lei da Propriedade Industrial
- IG** – Indicação Geográfica
- IP** – Indicação de Procedência
- MC** – Marca
- PGC** – Programa Grande Carajás
- RI** – Reserva Indígena
- SNUC** -Sistema Nacional de Unidades de Conservação
- SPI** – Serviço de Proteção aos Índios
- TI** – Terra Indígena
- UC** – Unidades de Conservação
- UHE** – Usina Hidrelétrica
- MPF** – Ministério Público Federal

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	13
2.1	Indígenas no Brasil.....	13
2.2	Indicação Geográfica.....	17
2.3	A Castanheira.....	19
2.3.1	Taxonomia e distribuição.....	19
2.3.2	Qualidade nutricional e processamento.....	21
3	METODOLOGIA.....	24
3.1	Área de estudo.....	24
3.2	Métodos.....	24
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	27
4.1	História e geografia da aldeia indígena Akrãntikatêjê e sua relação com a castanha-do-pará	27
4.1.1	Aldeia Akrãntikatêjê: <i>sua morte e ressurreição</i>	32
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
	REFERÊNCIAS.....	48
	APÊNDICES.....	56

1 INTRODUÇÃO

A desterritorialização dos povos indígenas do Brasil inicia com a chegada dos portugueses nesse país porque os registros em nossa história descrevem o sistema colonial foi instituído de forma impositiva e violenta, pois os colonizadores precisavam ocupar a terra e ter controle sobre o território. Estudiosos como Mendonça (2016) apontam também o período 1946 a 1988, como uma época de ataques aos direitos indígenas, pois a corrida pelo desenvolvimento como forma de impulsionar a economia trouxeram grandes obras de infraestrutura, como construção de rodovias e usinas hidrelétricas, as quais afetaram diretamente as populações indígenas.

Os povos indígenas do sudeste do Pará foram sistematicamente violentados por essas “frentes de expansão” ou pelas “frentes pioneiros”, públicas e privadas presentes na região. O século passado foi marcado pelo expansionismo e, no que se refere à invasão do território indígena temos como elementos marcantes extração da madeira, do minério, o desmatamento e a destruição dos recursos naturais motivados pela construção das usinas hidrelétricas.

O processo de dominação e violência contra os indígenas foi promovido pelo capital com apoio do Estado, que usa o discurso do “desenvolvimento” para sua execução. No entanto, a história registra genocídios indígena com a consequente extinção das etnias.

O sudeste paraense ainda é ocupado por sete povos indígenas: *Aikewára* (municípios de São Domingos do Araguaia e São Geraldo do Araguaia); *Xikrín* do Cateté (municípios de Parauapebas e Canaã dos Carajás); *Gavião Parkatêjê*; *Kyikatêjê*; *Akrâtitatêjê* (município de Bom Jesus do Tocantins); *Atikum* (município de Itupiranga e Canaã dos Carajás) e *Guajajara* (município de Itupiranga). Desses povos, os *Aikewára* habitam na Área Indígena Sororó; os *Xikrín*, na Terra Indígena Cateté; e os *Atikum*; os *Guajajara* habitam em lotes agrícolas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e os *Parkatêjê*, os *Kyikatêjê* e os *Akrâtikitêjê* habitam na Reserva Indígena Mãe Maria (MASTOP-LIMA, 2015).

Em se tratando da aldeia *Akrâtikitêjê*, nosso *locus* de pesquisa, um dos acontecimentos marcantes da história desse povo ocorreu na década de 70, época em que a aldeia foi afetada pela construção da hidroelétrica de Tucuruí pela empresa estatal – Centrais Elétricas do Norte do Brasil – ELETRO NORTE, obrigando os habitantes da região a migrarem, o que ocasionou alterações significativas nas

práticas culturais indígenas, inclusive promovendo perdas identitárias, como por exemplo a língua.

Os *Akrātikatêjê* são povos que desenvolvem a prática do extrativismo, caça, pesca e em seu território originário cultivavam e extraiam a Castanha-do-Pará para comercializar e alimentar o seu povo.

Ao migrarem para o novo território- a Terra Indígena Mãe Maria- os *Akrātikatêjê*, trouxeram os conhecimentos tradicionais e resistiram à aculturação lutando para preservar as práticas culturais, o modo de viver e a relação com a natureza.

Uma das formas mais simbólicas desse movimento de resistência se deu a partir da manutenção da cultura da Castanha-do-Pará, pois segundo Krag et al. (2016), no Brasil, o extrativismo da Castanha-do-Pará (*Bertholletia excelsa* Bonpl.) têm importância socioeconômica significativa para povos tradicionais da Amazônia brasileira, cuja produção se caracteriza pela alta concentração (mais de 80%) em poucos estados (Acre, Amazonas e Pará).

Tradicionalmente essa amêndoia é tratada pelos povos da floresta como uma planta útil, que produz sementes comestíveis (castanhas) de fácil armazenamento e produz uma madeira resistente e durável.

Este estudo, organizado em capítulos constitui um instrumento importante para que seja consolidada a Indicação Geográfica (IG) da Castanha-do-Pará (qualidade atribuída a um produto originário de um território cujas características são inerentes a sua origem geográfica). Compreendendo à luz de Santos et al. (2007, p. 13) o território é “o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”.

A Indicação Geográfica representa uma qualidade relacionada ao meio natural ou a fatores humanos, que lhes atribuem notoriedade e especificidade territorial (MAIORKI; DALLABRIDA, 2015). No que se refere ao pedido de registro de denominação de origem, especificamente, o instrumento oficial deverá também conter a descrição das qualidades e características do produto ou do serviço que são relativas, exclusiva ou essencialmente, ao meio geográfico, incluindo os fatores naturais e humanos (INPI, 2000).

Ao realizarmos o levantamento histórico e geográfico da Terra Indígena (TI) Mãe Maria e da aldeia *Akrātikatêjê*, povo Gavião da Montanha pudemos observar a relação que este povo estabelece com a Castanha-do-Pará e buscamos pelo registros

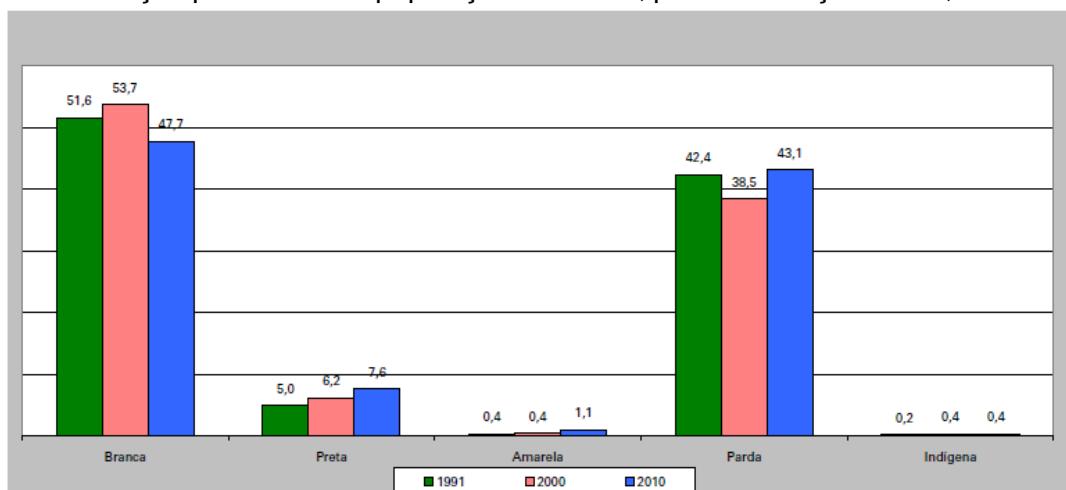
e observação das práticas culturais desses povos contribuir para a melhoria da gestão territorial e ambiental desse território, a partir da consolidação de uma das etapas necessárias à aquisição do selo de indicação geográfica de denominação de origem.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Indígenas no Brasil

O Brasil apresenta um significativo contingente de indígenas, embora corresponda a somente 0,4% da população total, como mostra a Figura 1. Neste conjunto, não estão contabilizados povos indígenas brasileiros considerados “índios isolados”, pela própria política de contato, como também indígenas que estão em processo de reafirmação étnica após anos de dominação e repressão cultural (LUCIANO, 2006) e, consequentemente, ainda não estão se autodeclarando como tal. Assim buscamos compreender esse crescimento a partir da observação e análise da figura abaixo:

Figura 1 - Distribuição percentual da população residente, por cor ou raça - Brasil, 1991/2010.

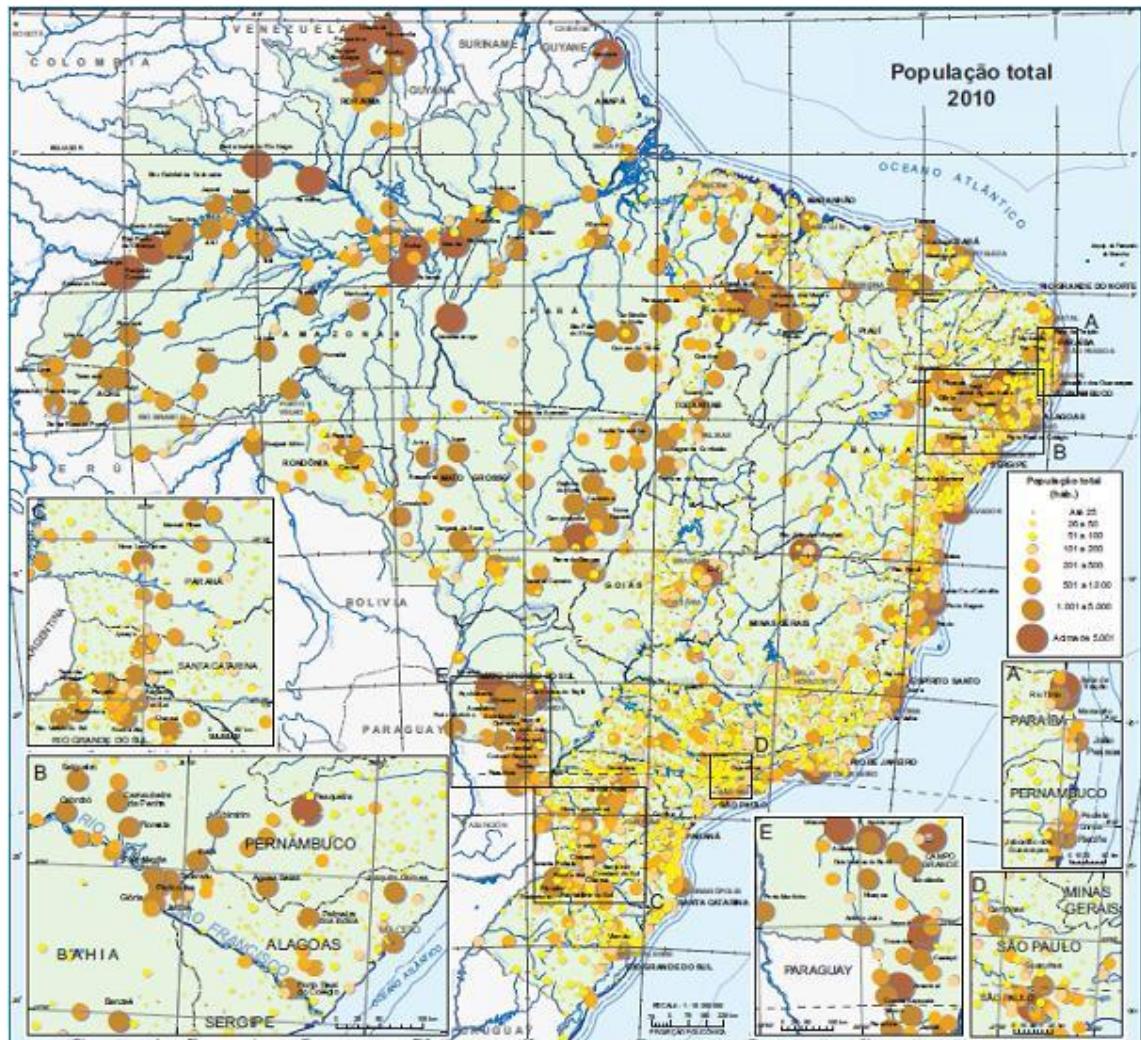


Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991/2010 (2016)

Os primeiros resultados do Censo Demográfico 2010 revelam que 817 mil pessoas se autodeclararam indígenas e que o crescimento no período 2000/2010, 84 mil indígenas, representando 11,4%, não foi tão expressivo quanto o verificado no período anterior, 1991/2000, 440 mil indígenas, aproximadamente 150%. As Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentaram crescimento no volume populacional dos autodeclarados indígenas, enquanto as Regiões Sudeste e Sul, perda de 39,2% e 11,6%, respectivamente (IBGE, 2016).

Esses dados demonstram a importância e o crescimento da identidade indígena no Brasil, como é possível verificar no mapa da Figura 2.

Figura 2 - População Indígena



Fonte: IBGE (Censo Demográfico, 1991/2010) (2016)

Para entender melhor o sentido de etnia, traz-se à luz o estudo de Hall (1997). Esse estudioso nos explica que a palavra etnia é derivada do grego *ethnos* e significa povo. Hall (1997) pontua que a comunidade étnica é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; têm uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território. Assim, de acordo com Hall (1997), a etnia deve ser tratada como um processo identitário.

A população indígena, como qualquer outro agrupamento humano em desenvolvimento, experimentou mudanças e constâncias. A estabilidade e a continuidade ao longo de seu ciclo de desenvolvimento individual e grupal são perceptíveis quando, por exemplo, observa-se a forma como se comunicam entre si e neste caso fazem uso de um dialeto próprio, e ao se dirigir àqueles que os observa utilizam-se da língua portuguesa. Assim, a cultura é preservada, muitas vezes, pelo

uso da língua materna ou de seus dialetos, e a continuidade expressa-se na adaptação gradativa que o indígena assume em face dos novos processos relacionais estabelecidos com pessoas que não pertencem a tribo (MARCONDES; CASTRO; LEÃO, 2013).

No Brasil os nativos se agrupavam em tribos, de acordo com o tronco linguístico ao qual pertenciam. Posteriormente, foram classificados pela Fundação Nacional do Índio em 206 ou 240 povos ou etnias (mais de mil nações). Identificou-se cerca de 170 a 180 línguas, organizadas em quatro grupos, de acordo com o idioma: Caraíba ou Cariba, Naruaki ou Naipure, tronco macro “G” e Tupy-Guarani. No entanto, há ainda tribos isoladas que não estão nessa classificação, como os Yanomamis (ROCHA, 2015).

Cuche (2002) afirma que “a identidade existe sempre em relação à outra, ou seja, identidade e alteridade são ligadas e estão em uma relação dialética. A identificação acompanha a diferenciação”. Essa construção é movida por conflitos identitários e lutas que representam formas de resistência estabelecidas antes e depois do deslocamento compulsório

No que se refere à Terra Indígena Mãe Maria, a questão pode ser entendida a partir da trajetória das populações indígenas que ocupam esse território, a qual está marcada por constantes deslocamentos, reflexos do processo de ocupação da região inicialmente pelos indígenas e posteriormente pelos camponeses que chegam impulsionados pelos grandes projetos de “desenvolvimento” voltados à nova ordem econômica, desde o século XIX.

O Pará é o terceiro estado da região norte que concentra um maior número de indígenas (39081) e no Território Indígena Mãe Maria, no município Bom Jesus do Tocantins, existem aldeias distribuídas em 62.488,4616 hectares.

Esta área, 590 vezes maior que o Parque Ibirapuera da cidade de São Paulo, têm um terreno coberto por mata, que representa um respiro no estado líder em desmatamento da Amazônia Legal, conforme dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

O Programa Grande Carajás (PGC), criado pelo Decreto 1.813/80, dentre outras deliberações, delimitou um espaço do sudeste do Pará- o qual se supunha “homogêneo, instituído para fins administrativos, financeiros e fiscais” (ALMEIDA, 1994). Essa autora postula que o PGC configurou o desenho territorial de uma região considerada necessária a um grande programa oficial e é fruto de uma imposição. O

ato jurídico criador que configura a área decretada legaliza arbitrariamente uma cartografia.

O PGC “organizou” territorialmente a coalizão de interesses empresariais e financeiros complexos que abarcaram empresas transnacionais, agências financeiras multilaterais e o Estado, agências reguladoras e de planejamento estatal, empresas estatais, mineradoras, siderúrgicas, reflorestadoras, fábricas, madeireiras, carvoarias, agropecuaristas, guseiras, empreiteiras, indústrias de óleos vegetais, hidrelétricas e bancos, pouco levando em conta povos indígenas e populações tradicionais que ocupavam o território (SANTOS, 2015).

As áreas indígenas nas quais se assenta o PGC foram demarcadas e homologadas sucessivamente. Áreas de preservação ambiental (Unidades de Conservação - UC) foram criadas na zona de extração mineral da Serra de Carajás e no entorno formando o mosaico de Carajás - o mosaico é o conjunto de unidades de conservação contíguas segundo a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, conforme a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, Lei 9985/2000, Art. 26).

Em 1996, foi demarcada a Reserva Indígena (RI) Mãe Maria (*Parkatêjê, Kyikatêjê e Akrãntikatêjê*) onde habita o povo indígena Gavião; o Decreto 88648/83 permitiu a demarcação da RI Sororó (*Suruí Aykewara*) e a Portaria Ministerial 319/93 declarou esse território como ocupação e posse dos povos indígenas *Araweté, Assurini, Xikrín e Apyterewa*.

As Unidades de Conservação também foram criadas em Carajás (Área de Proteção Ambiental do Igarapé Gelado em 1989, Reserva Biológica do Tapirapé em 1989 e no mesmo ano a Floresta do Tapirapé-Aquiri, a Floresta Nacional de Carajás e a Floresta Nacional do Itacaiúnas, criadas em 1998) e constituíram o “escudo” ao redor da área de mineração da Vale. A TI *Xikrín* do Cateté completa o “escudo” geográfico de limitação socioambiental e cartográfico da região de Carajás no entorno da extração mineral da Vale (SANTOS, 2013).

A diversidade e a complexidade constituem esses territórios que contam com recursos naturais, bem como saberes e práticas tradicionais que necessitam de reconhecimento e revalorização, pois muito já se perdeu.

Ao observarmos as práticas agriculturais da região, percebemos as mudanças. D’Agostini, Souza e Alves (2007, p. 22), ao mencionar o surgimento da agricultura pontua que “Cada pessoa aprendia com suas próprias experiências, mas

principalmente conversando e trocando informações com os outros". O saber-fazer (*knowhow, savoir-faire*) é o que diferencia territórios e gera uma riqueza e diversidade na produção.

Além disso, existem outros fatores que estão ligados à diferenciação de um produto e fazem com que ele seja típico do território. Destacamos aqui as condições ambientais, desde o saber-fazer do homem, passando pelas condições edafo-climáticas do território até a planta ou matéria-prima utilizada (VELLOSO, 2008).

2.2 Indicação Geográfica

A identidade territorial é o elemento diferenciador de um determinado agrupamento populacional por que seus traços e características estão ligados ao espaço, à cultura, às relações sociais e ao patrimônio ambiental territorial. Refere-se tanto a dimensão social, como a físico-natural (tipo de paisagem) e cultural (tradições e valores). A identidade territorial resulta de processos históricos e relacionais. Assim, a identidade configura-se num patrimônio territorial a ser preservado e valorizado pelos atores envolvidos (SAQUET; BRISKIEVICZ, 2009; RAMIRES, 2007 (não está referenciado); FLORES, 2007; DENARDIN; SULZBACH, 2010).

No Brasil, as Indicações Geográficas são consideradas marcas territoriais que reconhecem os direitos coletivos referentes aos sinais distintivos de um território. Assim, tornam-se ferramentas coletivas de valorização de produtos tradicionais vinculados a determinados territórios, atendendo a duas funções: agregar valor ao produto e proteger a região produtora (GURGEL, 2006).

A proteção das IGs, no Brasil, é feita segundo a Lei da Propriedade Industrial-LPI, Lei 9.279 de 14/05/1996 (BRASIL, 1996), nos Artigos 176 a 182 e pela Resolução 075 de 28/11/2000 (BRASIL 2000) que estabelece os procedimentos para o registro de Indicações Geográficas no Brasil. As IGs no país podem ser de duas espécies: Indicação de Procedência - IP e Denominação de Origem – DO (BOSCOLO; FERNANDES; SENNA-VALLE, 2015).

A Indicação de Procedência (IP) é caracterizada por ser área conhecida pela produção, extração ou fabricação de determinado produto, ou prestação de serviço; já a Denominação de Origem (DO) é a categoria onde as características daquele território agregam um diferencial ao produto, ou seja, um produto cujas qualidades

sofram influência exclusiva ou essencial, decorrente das características daquele lugar, incluídos fatores naturais e humanos (DALLABRIDA et al., 2014).

O surgimento das indicações geográficas caminha com a história da humanidade. Por muito tempo, quando era feita a referência a um produto, relacionava-o ao seu local de origem (VALENTE et al., 2012). Como exemplo temos os registros bíblicos, onde podemos encontrar indicações de origem como: os vinhos de En-Gedi (Cânticos, I, 14) e o cedro do Líbano (Cânticos, III, 9, e Reis, V, 6) (BRUCH, 2009). Ademais, existem relatos que remontam ao século IV a.C., na Grécia Antiga, os quais relacionam o produto com o local de produção como: os vinhos de Corinto, as amêndoas de Naxos, o mel da Sicília e o mármore de Paros; já nos relatos da época do Império Romano (reinado de Augustus) temos as tâmaras do Egito, o presunto de Gália, as ostras de Brindisi e o mármore de Carrara (BERTOZZI, 1995).

A maior parte das comunidades tradicionais depende de bens e produtos adquiridos fora de seus territórios locais e, dessa forma, essas comunidades costumam estreitar relações com o mercado e com a sociedade. Há casos em que as relações se dão em bases extremamente desvantajosas (como no caso da extração predatória de espécies vegetais e minérios, entre outras) e produzem intensa devastação ambiental, desagregação social e cultural. Há também outros casos em que a questão é: como desenvolver modelos em que a inserção dos povos locais no chamado mercado possa se dar em bases mais equitativas e sustentáveis?

A geração de alternativas econômicas sustentáveis para as comunidades, que venham a suprir as necessidades de acesso a bens e produtos externos é um desafio para as comunidades, organizações da sociedade civil, empresas com responsabilidades socioambientais e, também, para o Poder Público (SANTILLI, 2006).

As IGs ou as MCs podem ser utilizadas como instrumentos estratégicos para diferenciar e proteger, por meio de ativos intangíveis da propriedade intelectual, os produtos gerados por comunidades locais no mercado, agregando-lhes valor cultural e ambiental de forma a oferecer ao consumidor um sinal distintivo de sua tipicidade. Nesse sentido beneficiam-se nichos específicos, como por exemplo o Comércio Justo (*Fair Trade*), geralmente muito explorados.

É aconselhável que estes instrumentos sejam inseridos em políticas de desenvolvimento territorial, social e humano as quais considerem a diversidade

cultural e valorizem os produtos e serviços diferenciados. (BOSCOLO; FERNANDES; SENNA-VALLE, 2015).

2.3 A Castanheira

2.3.1 Taxonomia e distribuição

Bertholletia excelsa, espécie popularmente denominada de castanheira, castanheira-do-brasil, castanheira-do-pará, castanheira-do-maranhão, castanheira-da-amazônia, Brazil nuts ou Para nuts, para os anglo-americanos, e noix du Brésil ou noix de Para, para os franceses, produz amêndoas que são conhecidas e muito apreciadas na Europa desde 1633. (SALOMÃO, 2014)

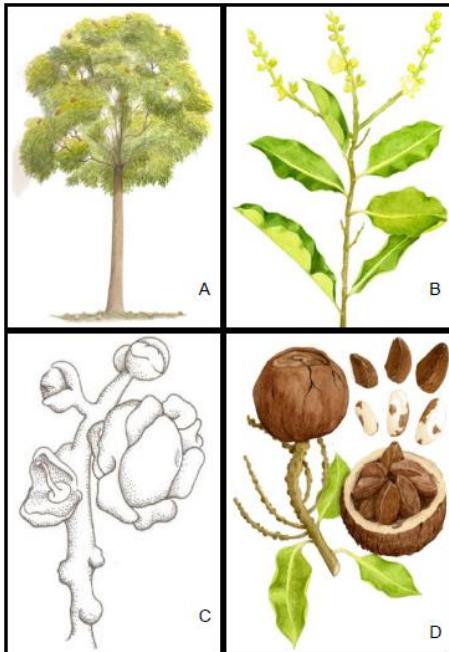
A Castanheira-do-Brasil, (*Bertholletia excelsa*) pertence à família Lecitidáceas e foi descrita em 1808 por Humbolt e Bonpland. É uma espécie arbórea de grande porte, podendo medir de 50 a 60m de altura (CAVALCANTE, 1972) e é considerada uma espécie nativa da Amazônia (CAVALCANTE, 1991; MULLER; FIGUEIREDO; CARVALHO, 1995). Sua árvore têm tronco escuro, liso com ramos apenas próximos da extremidade; flores são brancas e grandes; fruto é globoso (ouriço) que pode pesar aproximadamente 1,5Kg e abrigar de 12 a 22 sementes- conhecidas como castanhas (CAVALCANTE, 1972).

A Castanheira é uma planta semidecídua, heliófila, característica da mata alta de terra firme que se desenvolve bem em regiões de clima quente e úmido e sendo mais frequente em regiões com clima tropical chuvoso com a ocorrência de períodos de estiagem definidos (LORENZI, 2000; SANTOS et al., 2006). A espécie é comum na Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia e Guianas, mas no Brasil existe em maior número e em formações compactas, nos estados do Pará, Amazonas, Acre, Maranhão, Mato Grosso, Rondônia, Amapá e Roraima (Figura 3) (LORENZI, 2000; PINHEIRO, 2004).

A castanha-do-pará, como é denominado o fruto da castanheira, teve, entre outros produtos extrativos, grande importância na formação econômica, social e política da Amazônia e está entre os produtos mais comercializados no mercado nacional e de exportação. O extrativismo e o beneficiamento das amêndoas sustentam inúmeras comunidades da Amazônia e movimentam suas economias

regionais, ao mesmo tempo em que promovem a conservação da floresta (SÁ; BAYMA; WADT, 2008; HOMMA, 2012).

Figura 3 - Castanha-do-pará A: aspecto geral; B: ramo fértil; C: Inflorescência; D: ouriços e castanhas.



Fonte: BARBEIRO, 2002 (Ilustração: Luana Ferreira).

A castanheira é o único representante do gênero *Bertholletia* da família Lecythidaceae, grupo taxonômico formado majoritariamente por árvores de distribuição neo-tropical (SCOLES, 2011). Ocorre geralmente em aglomerados conhecidos como castanhais, os quais podem conter de poucas a centenas de castanheiras (MORI; PRANCE, 1990), embora possa também apresentar distribuição não agregada na paisagem (WADT; KAINER; GOMES-SILVA, 2005).

A amêndoia (Figura 3D), conhecida como “castanha-do-pará”, “castanha-do-Pará” ou “castanha-da-Amazônia”, é rica em gorduras, proteínas, vitaminas, sais minerais e é fundamental para a alimentação humana e de várias espécies de animais (SERRANO, 2005).

Segundo Pennacchio (2006), a castanha é uma espécie encontrada em solos pobres, desestruturados, drenados e argilosos ou argilo-arenosos. Aliado a este fato, esta essência não é encontrada em áreas com drenagem deficiente, nem em solos excessivamente compactados, adaptando-se bem em terras firmes e altas. Vegetais naturalmente em clima quente e úmido, em áreas com precipitação média entre 1500 a 2800 mm/ano, áreas com grandes períodos sem água.

2.3.2 Qualidade nutricional e processamento

Homma (2008) cita que a exploração de castanha-do-pará tornou-se a principal atividade econômica na região amazônica desde o declínio da exploração de borracha. Esta atividade vem sustentando milhares de extrativistas e toda uma oligarquia decorrente dessa riqueza.

Apesar de a castanheira fornecer diversos produtos e subprodutos, as amêndoas apresentam maior valor econômico por se utilizada de muitas maneiras, ao natural, produção de óleos, leite, farinha de castanha entre outros produtos, além de apresentar alto valor nutritivo, pela alta qualidade de seus aminoácidos (SOUZA, 2003).

As amêndoas da castanha são ricas em bário, bromo, cobalto, césio, magnésio, níquel e, principalmente em selênio, sendo os três primeiros com níveis maiores do que em outras nozes. Os seus principais ácidos graxos são o palmítico, o oléico e o linoléico (SOUZA, 1984; DONADIO; MÔRO; SERVIDONE 2002). Segundo Costa (1991) a castanha-do-pará é rica em vitaminas A, B e C e altamente energética, pois fornece 751,6 cal/100g. A taxa de vitamina B1 (tiamina) é elevada na amêndoa que ainda, contém excelsina- um aminoácido indispensável ao crescimento e ao equilíbrio orgânico do indivíduo (SOUZA, 1963). A qualidade da castanha-do-pará, aliada à reduzida produção destinada ao mercado interno, fazem com que o seu consumo fique restrito a classe de renda alta e que a maior parte seja destinada a industrialização de doces finos, por mais útil rendimento (SOUZA, 1984).

Martins, Silva e Silveira (2008), ao analisar o processo produtivo da castanha-do-pará da usina beneficiadora de Brasiléia, no Estado do Acre, descreveu as etapas de beneficiamento da seguinte forma:

- Recepção

Toda a castanha comprada pela cooperativa é transportada até a usina em Brasiléia, onde então é recepcionada no armazém. Na recepção é feita a pesagem e uma avaliação visual das castanhas para mensuração da qualidade do produto. A pesagem é necessária para que se tenha uma ideia exata da quantidade a ser industrializada, desde a quantidade a ser colocada no autoclave, até o resfriamento final do processo.

- Limpeza

As amêndoas, ainda com a casca, passam por um cilindro onde são limpas e separados todos os materiais estranhos como folhas, pedras, areias e outras impurezas, afim de evitar a contaminação e também sua deterioração.

- Seleção

Após a limpeza, as amêndoas passam por uma esteira de seleção, onde são selecionadas todas as possíveis amêndoas que estiverem em condições inadequadas (deterioradas ou podres). É nessa etapa que ocorre uma grande perda na produção, cerca de 35% das amêndoas são eliminadas.

- Autoclavagem

É a preparação para o descascamento. As castanhas são submetidas ao processo de autoclavagem, uma espécie de choque térmico cujo objetivo é o desprendimento da amêndoa da casca, facilitando o processo de descascamento sem quebrar a amêndoa.

- Limpeza

Nesta etapa, as amêndoas passam por um novo processo de limpeza onde são retiradas as possíveis amêndoas que se quebraram durante a autoclavagem.

- Descascamento automático

As amêndoas já limpas passam por esteiras onde são submetidas ao descascamento, que é feito por quebradores automáticos que emitem força mecânica contra as amêndoas. Depois de quebradas as amêndoas passam por peneiras onde são eliminadas as cascas.

- Estufa/secagem

A secagem visa reduzir a umidade das amêndoas em torno de 4% a uma temperatura de 60°C a 70°C. As amêndoas são colocadas em bandejas teladas que devem ser aquecidas a um tempo determinado a umidade desejada.

- Seleção/classificação

A seleção e classificação das amêndoas são feitas automaticamente. As amêndoas são postas em bandejas que possuem compartimentos (orifícios com medidas padronizadas) e por movimentos aplicados nas bandejas, as amêndoas caem nos compartimentos de acordo com o seu tamanho.

A classificação da castanha para comercialização é *Broken* (quebrada) pedaços; *Large* (grande) 90 a 110 amêndoas/kg; *Midium* (média) 110 a 130 amêndoas/kg; *Miúda* 130 a 160 amêndoas/kg (COOPERACRE, 2008).

3 METODOLOGIA

3.1 Área de estudo

Esta pesquisa foi realizada em uma parte do Território do Sudeste do Pará, mais especificadamente, na Aldeia indígena *Akrātikatêjê* e os indígenas estudados pertencem ao povo denominado "gavião". A denominação gavião se deve as penas da ave usadas em suas flechas. É um povo indígena do grupo Gavião do Oeste cuja língua é o Timbira Oriental, da família Jê, também são conhecidos como "Koykateyê" e "Gavião *Akrātikatêjê*".

A aldeia fica localizada na Reserva Indígena Mãe Maria, na municipalidade de Bom Jesus do Tocantins, no sudeste paraense como mostra a Figura 4:

Figura 4 – Imagem via satélite da Aldeia indígena *Akrātikatêjê*.



Fonte: Google Maps

3.2 Métodos

A primeira parte deste estudo classifica-se do ponto de vista de sua natureza como básico, porque busca-se resgatar e trazer para a reflexão conhecimentos que possam ser úteis para a cadeia produtiva da castanha-do-pará, dentro da aldeia indígena. Em pesquisas de natureza básica defende-se como relevante a possibilidade de colaborar para a construção de novos conhecimentos (MINAYO, 2004; PAULA, M. A. B. de; CÉSAR, A.C., 2011 ; SILVA; MENEZES, 2013).

Quanto à forma de abordagem, o estudo caracteriza-se como qualitativo. A metodologia qualitativa de pesquisa permite que o pesquisador, partindo dos significados que determinada realidade ou fato(neste caso em especial, partindo da observação participante junto a uma comunidade indígena), possa fazer analogias, expressar sentimentos, tecer considerações e construir conhecimentos sem que haja expressiva preocupação com a quantidade dos fatos a serem levantados ou realidades a serem observadas e refletidas (MARTINELLI, 2003; MINAYO et al., 2010; PAULA, M. A. B.; CÉSAR, A. C., 2011; SILVA; MENEZES, 2013).

Do ponto de vista do objetivo definido, este estudo é caracterizado como exploratório e descritivo. É considerado como exploratório porque será construído sobre:

Revisão Bibliográfica – Foram analisadas publicações sistematizadas como textos de revistas indexadas, livros, jornais, vídeos, entre outros, que abordam sobre a temática indígena;

Pesquisa Documental - Utilizou-se de material sem tratamento analítico ou interpretativo como descrito por Corsetti (2006): fotografias, relatórios técnicos, conversas informais, desenhos e gravações de entrevista.

Pesquisa de Campo – utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles, consistindo da observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presumem relevantes para analisá-los.

A pesquisa foi participante, porque o pesquisador apresentou o projeto à Aldeia indígena *Akrātikatêjê*. O pesquisador participou de reuniões e eventos para obter informações sobre a realidade da aldeia ao observar o contexto em que os indígenas estão inseridos.

A primeira visita na aldeia teve como objetivo a apresentação do projeto à Cacique da Aldeia, para que ela pudesse permitir a realização da pesquisa, *in lócus*, com os indígenas. Nesse momento, a cacique da aldeia convocou a comunidade para participar também da apresentação e, partir disso, tanto ela, quanto a comunidade expuseram as relações que se estabelecem na aldeia a partir da comercialização da castanha-do-pará. A Figura 5 mostra o momento da primeira reunião com a cacique Katia Cilene *Akrātikatêjê*.

Figura 5 – Primeira reunião com a cacique Katia Cilene *Akrātikatêjê* e integrantes da aldeia.

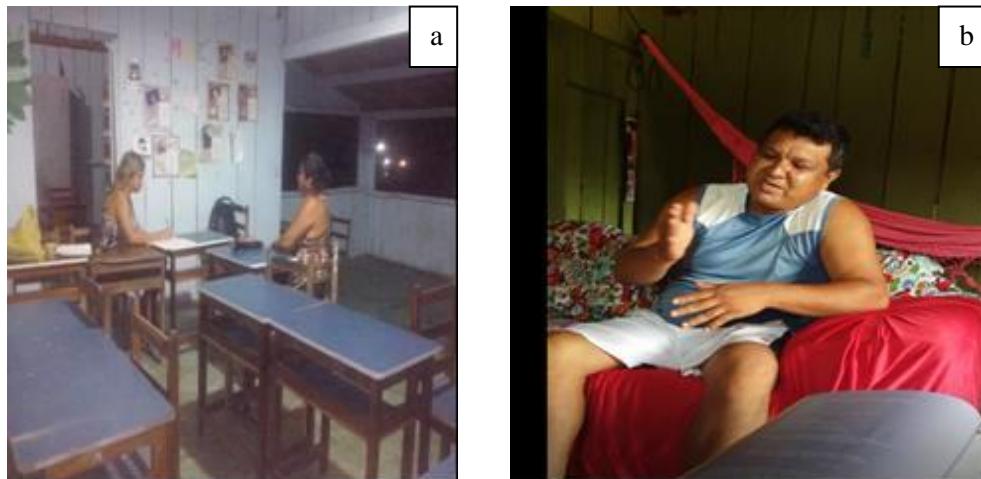


Fonte: A autora

Após assinatura do “termo de consentimento livre e esclarecido” pela cacique, iniciaram-se as conversas individuais e em grupo (Figura 6). A finalidade da coleta e a segurança da informação estão descritas neste documento.

Na pesquisa de campo, a metodologias utilizadas foram: observação de campo, rodas de conversas, gravações de depoimentos das lideranças da Aldeia *Akrātikatêjê*.

Figura 6 – (a) Entrevista com a cacique da aldeia; (b) pesquisa realizada com o administrador da aldeia.



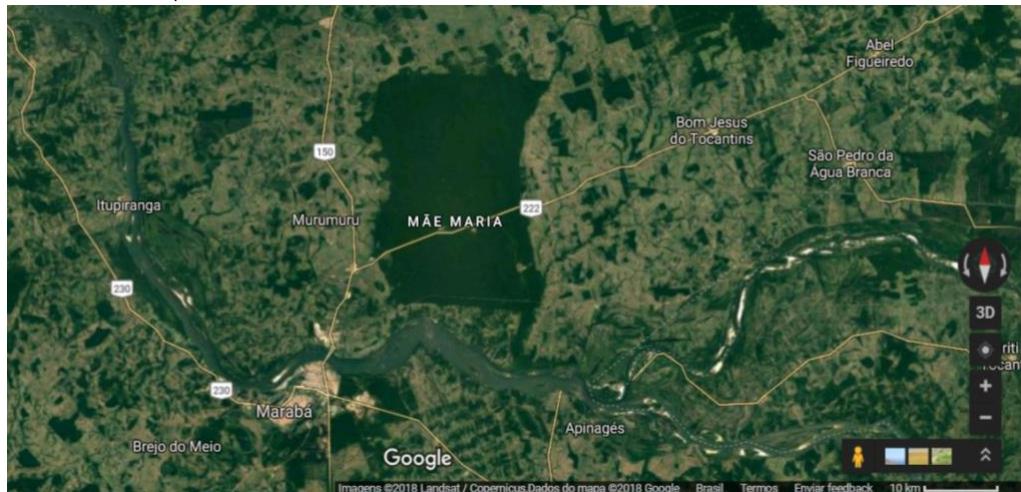
Fonte: A autora

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 História e geografia da aldeia indígena *Akrāntikatêjê* e sua relação com a castanha-do-pará

A aldeia indígena do povo “Gavião” está localizada na Terra Indígena Mãe Maria, em uma área de 62.488 ha, no município de Bom Jesus do Tocantins, no estado do Pará. É limitada a oeste pelo rio Flecheiras, a leste pelo rio Jacundá e ao norte ao sul por duas linhas secas. Essa área foi homologada pelo Decreto nº 93.148, assinado pelo Presidente José Sarney e publicado no Diário Oficial da União em 21/08/1986. Nesta terra indígena, os “Gaviões” estão constituídos em três grupos organizados em seis aldeias, com lideranças diversas, cujas posições em relação aos grandes projetos de “desenvolvimento” se diferenciam dependendo dos seus interesses. (RIBEIRO JÚNIOR, 2014). A Figura 7 mostra o mapa da Terra Indígena Mãe Maria.

Figura 7 – Imagem via satélite, da Terra Indígena Mãe Maria, localizada no município de Bom Jesus do Tocantins, no estado do Pará.



Fonte: Google Maps (2018)

Durante o século XIX e até as primeiras décadas do século XX, havia uma referência em relação à margem direita do rio Tocantins de que os “Gaviões” eram índios que inspiravam medo, mas, o extrativismo- em especial da castanha-modificaram a visão sobre esse povo: os “Gaviões” passaram a representar obstáculo ao progresso e à civilização. Assim, as palavras “pacificação”, “catequização” e “extermínio” passaram a se constituir em projetos de ações que buscavam estabelecer relações com os indígenas na margem direita (LARAIA; MATTA, 1967, p. 92).

A denominação Gavião se constituiu no processo histórico na relação entre a cultura não indígena e a cultura indígena. Folhes (2006) ressalta que, na trajetória histórica, muitos grupos foram designados pelos não índios como “Gavião”; acredita-se que além da utilização dos adornos e das pinturas, a fama de valentia dessa ave contribuiu para que esse povo fosse assim denominado. Dentre as distinções encontradas estão as do Povo Gavião do Leste e dos Gaviões do Oeste. A diferença “Gaviões do Leste” e “Gaviões do Oeste” foi estabelecida em razão da localização, conforme a posição que os indígenas ocuparam no território em meados do século XIX (ARNAUD, 1975)

Os registros trazidos por Martins (1997) demonstram que trajetória dos “Gavião” indica que ao se cindirem, migram, constroem novos territórios e elaboram novas estratégias para se defender; num processo, às vezes, de longa duração que envolve conflitos, pois o conflito é parte deste processo e o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta e outro de desencontro.

Azanha (1984) observa que naquela época eles se dividiam em quinze grupos tribais. Atualmente estão divididos em sete grupos: em *Krahô* e *Apinajé* os que habitam no norte do Tocantins; os *Krikati*, os Gavião *Pukobiê*, os *Apāniekra Canela* e os *Ramkokamekra-Canela* no centro do Maranhão e Gavião (da mata, do Oeste) os que habitam no Pará. No Pará eles se subdividem atualmente em três grupos locais: *Parkatêjê*, *Kyikatêjê* e *Akrātikatêjê*.

Os três grupos do Pará, *Parkatêjê*, *Kyikatêjê* e *Akrātikatêjê* dependem há bastante tempo da castanha-do-pará, no que se refere a comercialização e a criação da "Linhão de Tucuruí" reforça essa dependência.

Segundo Salomão (2014), historicamente, o valor econômico de seus frutos sempre foi muito relevante no contexto regional. A prosperidade do Pará e do Amazonas, que havia repousado longo tempo sobre o ciclo da borracha, só pôde se manter quando sobreveio a baixa de preço deste artigo, graças à castanha, que os poupar de maiores contratemplos, passando a ocupar o primeiro lugar, como valor e como renda, nas exportações de ambos os estados. Todavia, segundo o mesmo autor, as políticas públicas sempre influenciaram poderosamente os rumos da Amazônia. Quem imaginaria que a criação dos incentivos fiscais, em 1966, iria provocar os grandes desmatamentos na Amazônia? Como consequência, entre tantas

outras, favoreceu a virtual destruição de praticamente todas as árvores de castanha do ‘polígono dos castanhais’, na região de Marabá, estado do Pará.

A partir das últimas quatro décadas do século passado, a Amazônia – com seu grande espaço econômico e potencial de riquezas minerais, energéticas, além de sua megabiodiversidade, incluindo os serviços ecossistêmicos – passou a influir mais firmemente nos rumos de seu futuro.

De acordo com Ferraz (1998), em comunicação pessoal, “a exploração da castanha foi o motor para muitas remoções forçadas”, por exemplo, a remoção dos *Kyikatêjê* para a Área Indígena Mãe Maria que foi motivada pela necessidade de mão de obra para a exploração econômica da castanha, pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio), na área conhecida como “Castanhal dos Índios” (FERRAZ, 1998, p. 71). Rapidamente seus componentes foram engajados aos trabalhos de lavoura com os trabalhadores do Posto do SPI (Serviço de Proteção aos Índios) e orientados sobre as atividades de caça e a coleta da castanha com propósito de obtenção de excedentes comerciais, no entanto, a eles era restrito o uso do dinheiro, que somente era autorizado na comercialização de artefatos como flechas, arcos, adornos e outros (ARNAUD, 1989, p. 386).

No início da década de 70, os *Kiykatêjê* foram deslocados para uma área a um quilômetro da rodovia e a quatro quilômetros da aldeia do grupo *Parkatêjê* e sede do Posto da Funai. Este local foi chamado de *Ladeira Vermelha*¹ pelos servidores da FUNAI (MIRANDA, 2015).

A construção da hidrelétrica de Tucuruí expulsou o povo gavião *Akrâtikatêjê* de suas terras tradicionais, obrigando-os a se estabelecerem em áreas menores, com características biofísicas diferentes das originais, comprometendo a sua reprodução sociocultural. As formas de violência foram diversas: Katia Akrâtikatêjê- cacique da aldeia- relata um momento determinante para que o cacique, seu pai, aceitasse a transferência de seu povo para o novo território, mesmo sabendo do agrupamento de muitas etnias na mesma área, os povos *Kyikatêjê* (oriundos do Maranhão), *Parkatêjê* e *Akrâtikatêjê* (vindos de Tucuruí).

Quando viemos de Tucuruí pra cá, 82. Em 79, o capitão foi lá ver nós, capitão... 77,79... em 82 trouxe nós. Krokenum lutou muito porque

¹ A designação “Ladeira Vermelha” trata-se de uma referência a uma característica geográfica de onde se fixaram no interior da gleba Mãe Maria.

*kupẽ*² quase matou o meu pai por causa da terra. Ele quase perdeu a mão, ele ia perder a vida. Deus não permitiu. Um relógio defendeu ele, homem ia cortar o pescoço dele. Ele botou a mão, bateu no relógio, torou a mão, a mão caiu. Ficou só o pé da mão pendurada. Então ele perdeu assim o movimento da mão por causa da terra (KÁTIA AKRĀTIKATÊJÊ, 2017).

No trabalho de Guimarães (2015) que conta a saga de Payaré Akrātikatêjê, cacique da Aldeia, no período da construção da hidrelétrica de Tucuruí, há a descrição desse episódio:

Quatro homens aproximaram-se para falar sobre a terra, questionando a permanência de Payaré na área. Ele respondeu que só falava sobre isso na justiça e apenas lá isso seria resolvido. Os homens insistiram, dizendo que aquela terra não era de Payaré e que qualquer um a poderia ocupar. Na hora do almoço, ele desceu para casa e deixou seu ajudante mexendo a farinha, caminhava na estrada de mato alto, quando foi surpreendido com um facão, cortando tudo ao seu redor. Relatou ele: “Eles falaram que iam me matar e meteram o facão. Eu me meti pelo meio do mato, meti a mão pra defender. Eles acharam que tinha torado já tudo: mão, pescoço, tudo. Aí correram, deixaram até o armamento lá. Eu me sustentei e chamei o rapazinho, porque eu não podia me armar com a mão caída espirrando sangue”. Payaré mostra a cicatriz que atravessa a palma de sua mão (GUIMARÃES, 2015).

Não houve a consideração da diversidade cultural de cada povo, tampouco diálogos sobre quais etnias poderiam a dividir o mesmo território. No relato do líder Payaré dos *Akrātikatêjê*, apresentado no trabalho de Ribeiro Júnior (2017a), há uma justificativa à dissensão do grupo *Parkatêjê* liderado por Krôhôkrenhûm, antes da chegada à Terra Indígena Mãe Maria.

A diferença de um unir é a mesma diferença de sempre, só quando aumenta ele vai ser uma divisão... divisão... quanto mais vai crescendo.. vai crescendo... (...) nunca para isso é muito antigo. Isso tudo, ai a gente deixa aquele povo... não tem aaa que discuti é.. Aquele nome lá, ai se ele não dar conta ele volta de novo, é assim, vai experimentar que ele viveu essa vida, que não dá certo ele volta, é assim é na mata, ele pode brigas, andar ele não precisa mais ele vai embora ela passa duas, três, quatro, dez anos, volta...é mais nunca é botado em outro grupo é a experiência neste caso custou muito (PAYARÉ, 2013).

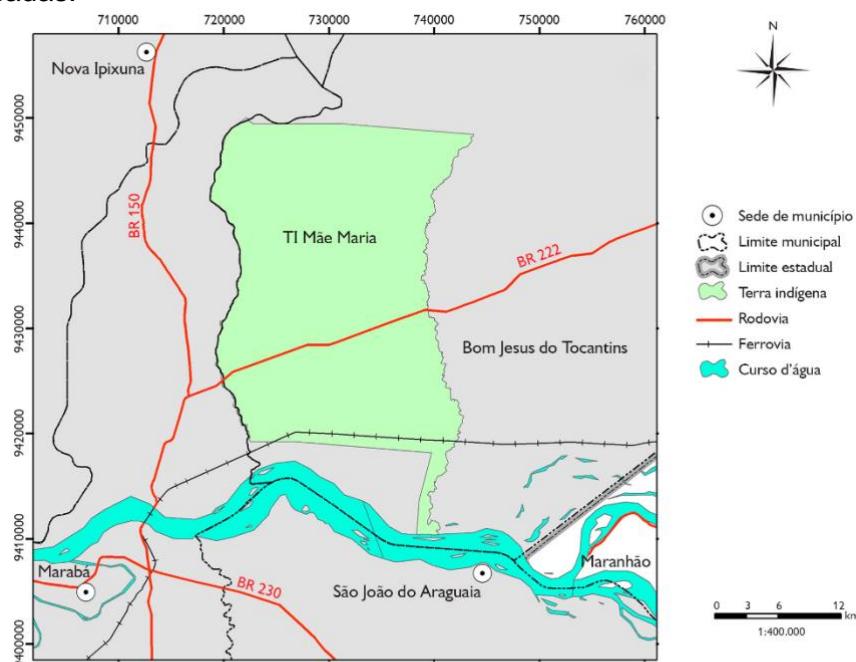
² Não-indígena

Os Parkatêjê, liderados por Krôhôkrenhum, foram os primeiros grupos a serem contatados e, também, os primeiros a serem remanejados de seu aldeamento no município de para a Terra Indígena Mãe Maria, em 1966, e dessa maneira não reconheciam outras tribos em seu território.

Para Seeger e Viveiros de Castro (1979) e Luciano (2006; 2008), terra diz respeito ao espaço físico, geográfico em que vive um povo indígena, e território representa a relação que este povo estabelece com esse espaço físico. Para os povos indígenas, o território compreende a própria natureza dos seres naturais e sobrenaturais, onde o rio não é simplesmente o rio, mas inclui todos os seres, espíritos e deuses que nele habitam (LUCIANO, 2006, p. 101).

Porém, a Terra indígena Mãe Maria sofreria outro impacto em consequência do desenvolvimento da região. Os trilhos da Companhia Vale, o linhão de transmissão da Eletronorte e a Rodovia BR 222, destacada na Figura 8, passariam por dentro da aldeia, com a derrubada de floresta e perda de recursos naturais desta, sem contar com sua diversidade, que representava aos índios valores diferenciados para autoconsumo e comercialização.

Figura 8 - Mapa de localização da Terra Indígena Mãe Maria, localizada no município de Bom Jesus do Tocantins, no estado do Pará, com a ferrovia da Companhia Vale e a Rodovia BR 222 destacadas.



Fonte: (ARAÚJO, 2017 apud GUIMARÃES, 2015).

Ao tomarem conhecimento das obras, os índios pediram de imediato o desvio do traçado que passaria por cima dos seus maiores castanhais, afugentando a caça. A estatal recusou dizendo que o desvio daria “custos substancialmente mais elevados para a Eletronorte” e propôs o pagamento de uma indenização. A partir daí, os Parkatêjê começaram a calcular o prejuízo que teriam com a derrubada dos castanhais, formalizando estudos com juristas e antropólogos empenhados em ajudá-los. Chegaram a pedir cinco valores distintos, reajustados pelo preço da castanha. Antes de cederem às pressões, o último montante negado foi o de 88 milhões, mais que o dobro do que foi pago (GUIMARÃES, 2015).

A abertura da mata para esta construção atravessaria Mãe Maria por uma extensão de 22 km por 100 m de largura, em um percurso paralelo à PA-70, resultava na destruição de grande parte dos melhores castanhais, áreas de caça, coleta, roçados e, além disso, passaria sobre o cemitério e a aldeia (FERRAZ, 1998, p. 150).

Uma proposta de desvio do traçado da linha de transmissão foi apresentada à Eletronorte por um grupo constituído por representantes Parkatêjê, Krôhôkrenhûm e mais dois intérpretes, Cotia e Kruwa. Estes haviam adquirido instrução escolar com os missionários protestantes, quando ainda estavam reunidos em Tucuruí, pois pertenciam aos Ajromtykatêjê, que passaram a se identificar com o etnônimo krâtitikatêjê a partir da transferência para Mãe Maria. De acordo com as observações de Arnaud (1989, p. 406).

Os conflitos ainda são comuns na área. Em 2016, os indígenas da Reserva Mãe Maria bloquearam a BR-222, à altura da reserva, no Km 25, revoltados pela baixa qualidade de energia disponibilizada pela Eletronorte às aldeias dos índios Gavião, que é monofásica e instável, o que prejudica a realização de projetos produtivos. Outras revindicações dizem respeito à contrapartida da instalação das Torres de transmissão em terras indígenas. A solicitação é de instalação de poços artesianos e maiores investimentos em saúde e educação.

4.1.1 Aldeia Akrâtikatêjê: sua morte e ressurreição

Os Akrâtikatêjê, onde Akrâti é montanha, ficou conhecido como "Gavião da Montanha", ocupava as cabeceiras do Rio Capim até se deslocarem para o Posto Indígena em frente à Tucuruí (FERRAZ, 1983). Nessa mesma perspectiva de interação com os não Índios os Akrâtikatêjê, a partir da década 1960, se deslocaram

de sua aldeia nas cabeceiras do rio Capim e se fixaram em uma área próxima a cidade Tucuruí, chamada de Ambaua, onde já havia um Posto Indígena do SPI. Esse território tradicional dos *Akrātikatêjê* era uma grande extensão de terras, aproximadamente três mil e seiscentos hectares, que foi reconhecida pelo Estado em 1945, através do Decreto nº 252 de 09/03/1945 (RIBEIRO JUNIOR, 2014, p. 94).

Segundo Miranda (2015), entre os anos de 1970 e 1983, o grupo Ajromtykatêjê foi paulatinamente transferido pela FUNAI para o interior de Mãe Maria. Em 2009 ocorreu uma cisão e definitivamente passaram se autodenominar Akrātikatêjê a partir da formação da própria aldeia denominada Akrāti, localizada no quilômetro 15 da rodovia BR 222. Contudo, no segundo o autor, no semestre de 2014, foi informado de que no final da década de 1970, portanto, antes da referida cisão, o grupo já fazia o uso do etnônimo *Akrātikatêjê* para diferenciação em relação aos demais grupos.

A construção da UHE Tucuruí, no estado do Pará, provocou a transferência forçada dos *Akrātikatêjê* – aproximadamente 45 pessoas, à época, foram transferidas de seu território. A terra foi desapropriada para a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, pelo Decreto nº 78.659 de 01/11/76. Após este decreto de nº 78.659 de 01/11/76, a FUNAI providenciou a retirada dos *Akrātikatêjê*, porém estes resistiram durante anos, sob fortes pressões. Isso se deu com o uso de violência psicológica e física, manipulação de lideranças indígenas e desagregação social do povo *Akrātikatêjê*, promovida pela Eletronorte e FUNAI.

De acordo com estudos de Ribeiro Júnior (2017c) “Payaré: uma história de resistência”, os *Akrātikatêjê*, que até aquele momento eram denominados “turma da montanha” ou “Gaviões da Montanha”, foram deslocados compulsoriamente para a Terra Indígena Mãe Maria, tendo em vista que o decreto presidencial havia declarado o território deles como área de utilidade e, portanto, destinada à desapropriação para formação do reservatório.

Os *Akrātikatêjê* foram transferidos e reunidos aos *Parkatêjê* e aos *Kykatêjê*, do início da década de 70, ao início da década de 80. Parte dos *Akrātikatêjê* foi transferido no primeiro momento. Permaneceram em Tucuruí apenas família do líder Paiaré que resistia em não sair do seu antigo território, justificando seu pertencimento àquele território do rio Moju. A líder dos *Akrātikatêjê*, Katia Cilene, atual cacique da aldeia, conta um pouco sobre esse período de incertezas da família, como podemos observar no relato a seguir:

[...] Meu povo veio em 71, viemos em 82, quando foi em 2000 meu pai falou de nós fazer uma aldeia, eu estava casada com o filho de Krokenum, ele disse pra mim: tu não vai não, se um dia eu não tiver, tu acompanha o teu pai que nós já tem filho, não quero que tu carregue os meu filho...[...] (KÁTIA AKRĀTIKATÊJÊ, 2017).

Com a junção dos três povos Gavião na mesma reserva indígena, os indígenas passaram a ser comandados, exclusivamente, pelas lideranças *Parkatêjê*, mas o convívio entre eles e os *Kÿikatêjê* desencadeou conflitos. Segundo os relatos de P  pkr  kti Jakukr  ikap  ti Ronore K  nxarti (Zeca Gavião), atual Cacique da aldeia *Kÿikatêjê*, para a liderança *Parkatêjê*, chamado de “Capitão”, todos que naquela época estavam na mesma aldeia construída para aglomerar os três povos deveriam ser denominados “*Parkatêjê*”. Essa aldeia, chamada “Trinta”, foi dividida em dois espaços, de um lado ficaram os *Kÿikatêjê* misturados com os *Akr  tikatêjê* e, do outro, são os *Parkatêjê*. A mistura entre esses indígenas desencadeou também um processo intercultural, pois de acordo com a fala de Zeca gavião, “as festas tradicionais sofreram uma mistura cultural nos ritos indígenas, nos diferentes modos tradicionais dos três povos”, mas que, consequentemente, gerou conflito linguístico (COSTA; BARBOZA, 2016).

Deste modo, tornou-se complexo a preserv  o cultural e o resgate das tradi  es e das práticas que refletem a identidade dos *Akr  tikatej  *. A transferência de toda a aldeia para Mãe Maria gerou um outro fato: os *Parkatejê* não os receberam considerando-os uma tribo, houve uma agreg  o dos indígenas que estavam chegando, mas eles eram considerados como integrantes da aldeia existente.

Outro fato desencadeador de conflitos foi a comercializa  o da castanha. Arnaud (1989, p. 381) esclarece que, a princípio, o castanhal na \'rea Indígena Mãe Maria permaneceu sob o controle de Kr  h  krenh  m, líder dos *Parkatejê* como podemos observar na fala a seguir:

[...] Quando o capitão foi buscar, n  os viemos para *Parkatejê* nesse tempo, não tinha mais aldeia, era uma aldeia, n  ? Mãe. L   juntou os 03 grupos a Ladeira e n  os. Com muito tempo, o meu pai sempre dizia - quando alguém perguntarem para vocês o que vocês são, vocês falam que são *Akr  tikatej  * - e eu dizia - mas pai aqui ´e *Parkatejê*, n  os perdemos o nosso nome e porque todo ind  o nessa época era *Parkatejê*, diziam...[...] (KÁTIA AKRĀTIKATÊJÊ, 2017).

“A identidade se constrói e se reconstrói constantemente no interior das trocas sociais” (CUCHE, 2002, p. 183). É neste sentido que para o autor a identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente. Portanto, trata-se também da luta pelo direito à territorialidade diante dos processos que são frutos dos avanços das frentes de expansão na Amazônia.

Em um trecho da entrevista foi possível analisar as riquezas que estas terras ofereciam aos indígenas e o lamento da perda de seu território e consequentemente, parte de sua identidade.

[...] eu aprendi muito cedo a mexer farinha e peixe. Eu pescava 4 da manhã, 6 horas, 7 horas da manhã, já tinha vendido na geleira e vinha quando era 3 horas já ia de novo pescar aí quando nós viemos para *Parkatéjê*, nós sofremos porque não tinha rio, só tinha igarapé e nós fomos criados na beira da praia, do rizão, muita fartura de castanha, de cupu... (...) nós já tinha lá na nossa terra, nós tinha muito, eu lembro! Nós tinha castanheira foi tudo para debaixo da água, foi para o fundo, nós perdemos açaizais, perdemos tudo! Nosso cemitério foi revirado...[...] (KÁTIA AKRĀTIKATÊJÊ, 2017).

A narrativa continua ao explicar o processo de comercialização da aldeia da castanha-do-pará, formas de comercialização e de transporte do produto e o valor que este produto significava para as famílias da aldeia.

[...] Quando nós se entendemos lá em Tucuruí, o meu pai mexia com a castanha, cortava castanha, tinha um barco muito grande que vinha pegar castanha lá no posto que era porto do Rio, na Beira do Rio. Vi o meu pai negociando, meu pai na frente, pegando dinheiro, comprava quantidade de rancho e levava para o meu povo, pano. Eu me lembro que o meu povo usava pano e comprava os panos para fazer vestido nós usava mais era vestido, não usava essas roupas...[...] (KÁTIA AKRĀTIKATÊJÊ, 2017).

Em outro momento Katia Cilene descreve como os indígenas *Akrātikatejê* eram visto pelos *Parkatejê* e como se sentiam aprisionados por serem submetidos às regras da aldeia *Parkatejê*. Assim tornou-se evidente o interesse dos indígenas *Akrātikatejê* em criar a sua própria aldeia e retomar o trabalho, conseguir a independência e ter liberdade para exercer, na prática, a cultura dos *Akrātikatêjê*.

[...] Eu dizia para Ney Grande que tinha que sair do *Parkatejê* para esse objetivo, por que lá não tinha oportunidade de trabalhar, por que tudo que nós fazia lá não era para nós era para eles, então não via lucro da castanha, da galinha, nós não via o lucro de nada e eu dizia: pai tá errado, não concordo que seja dessa forma, temos uma visão

diferente. Nós fazia uma reunião só nós nosso povo, não era muito depois ficou espalhado para trás...[...] (KÁTIA AKRĀTIKATÊJÊ, 2017)

O caminho a ser trilhado começa com a busca da identidade, e pela luta por território. Os indígenas *Akrātikatêjê* eram incentivados a participar de eventos e informar da existência da Aldeia *Akrātikatêjê*, mesmo que ela ainda não estivesse consolidada pois esses eram meios necessários para conseguir apoio na realização de projetos e também para firmar a existência do Povo *Akrātikatêjê*. “[...] Agora eu entendo que antes disso o meu pai mandava eu viajar, eu sair e mostrar e dizer que tinha uma Aldeia, um povo eu falava e nós estava lá e nós não conseguia... [...]” (KÁTIA AKRĀTIKATÊJÊ, 2017).

De acordo com a entrevista feita com a cacique, a tomada de decisão para a mudança surgiu com a morte do seu marido em 2003. Ela chamou o pai e propôs a criação de aldeia para o povo *Akrātikatêjê*, porém este a fez refletir sobre a situação em que se encontravam.

[...] Quando foi em 2003 o meu marido faleceu, quando foi em 2005 falei: pai se o senhor quiser mudar, nós vamos mudar, ele disse - não agora, nós estamos bem aqui, não vamos mudar, não. Não tem dinheiro! - e quando foi em 2005 eu chamei o meu pai de novo. Eu disse - Então vamos fazer uma roça. Foi 2005 para 2006 fizemos a roça pequena só para comer mesmo e coloquei a pessoa para cuidar e quando foi 2006 investimos mais alto...[...] (KÁTIA AKRĀTIKATÊJÊ, 2017).

De acordo com Guimarães (2015), no ano de 2007 o analista pericial em antropologia do MPF em Marabá, Waldenir Bernini Lichtenthaler elaborou um laudo antropológico que consistiu numa avaliação sobre a viabilidade das terras pretendidas pelos *Akrātikatêjê*, no que se refere a reprodução cultural deste povo. O laudo concluiu, entre outros pontos, que a área era “não só apropriada, mas necessária e urgente”³, principalmente pelo fato de ser próxima à TI Mãe Maria e tendo em vista a relação criada estabelecida entre o grupo e o lugar ao longo dos anos. Demonstrou-se o quanto era descabido e prejudicial um novo deslocamento desse povo para uma

³ Ministério Público Federal. Adequação de terras pretendidas pelos *Akrātikatêjê* como indenização pelo antigo território que perderam por conta das obras da UHE de Tucuruí. Procuradoria da República em Marabá, 2007. Laudo Antropológico. In: Ministério Público Federal. Possibilidade dos *Akrātikatêjê* efetivarem separação dos Parkatêjê criando sua própria aldeia dentro da Reserva Mãe Maria. Procedimento Administrativo 00642/2004-81.

área próxima a Tucuruí. A maioria dos *Akrātikatêjê* da época nasceram na TI Mãe Maria e uma outra parte do grupo chegou nesse lugar ainda na infância. De acordo com Katia, o povo demonstrou resistência em sair da Tribo *Parkatejê*- inclusive de Payaré, seu pai, cacique da Aldeia, na época- por medo do novo e perder tudo que Ihes era oferecido.

[...] Em 2007, nós investimos de novo, foi quando falei para o meu pai: agora nós vamos embora, já temos a roça, já tem o que comer, então o meu pai disse: nós não vai sair daqui não, falei com o capitão e o capitão não concordou de nós sair por causa que nós estávamos bem, nós tinha casa, ninguém estava maltratando nós, só que eu dizia para o meu pai que não achava certo nós ficar lá, só comendo, accordava, dormia, nós não tinha futuro sendo que Kykatejê tinha se reconhecido como Kykatejê e ficou nós Akrātikatejê e Parkatejê. Tá errado! Se nós se entendemos e o senhor sempre nos ensinou que nós somos Akrātikatejê... [...] (KÁTIA AKRĀTIKATÊJÊ, 2017).

Katia e Ney Grande, seu irmão, começaram a reconstruir a Aldeia *Akrātikatêjê* a partir da construção de 15 casas, mas continuaram encontrando resistência de seu povo em mudar-se para seu novo território. Inclusive de outros irmãos e filhos.

[...] Quando foi em 2009 eu falei para o papai -vou tomar uma decisão. Chamei o Ney grande e disse - tu vai comigo ou tu vai ficar?- ele disse - rapaz, se tu for eu vou contigo. Falei para Nenzinho ele disse - ah! não, vocês não vão sair não, vocês estão no bem bom, vocês vão sair...? Nenzinho disse - não acredito não daqui vocês não saem não, tem tudo, que diacho tu vais fazer aldeia? Chamei o Chuchu, ele disse - rapaz acredito não, só eu vendo mesmo. Chamei os meus filhos... rapaz, o único que falou comigo vou com a senhora foi o Penkó - Se a senhora for eu vou - o Penkó ele me acompanhou, os outros duvidaram, os outros não vou não, nós estamos bem aqui, nós crescemos aqui, nós vamos não, eu falei - então vocês vão ficar [...] (KÁTIA AKRĀTIKATÊJÊ, 2017).

Kátia e Ney Grande, seu irmão, foram até a prefeitura e solicitaram um carro para fazer a mudança e não acreditavam que o prefeito fosse liberar tão rapidamente o carro. Foi liberada uma caçamba para a mudança e então, após uma reunião, eles fizeram a mudança, mesmo não estando preparados. A cacique confessa que se sentiu um pouco arrependida, mas já era tarde para voltar.

[...] Quando foi dia 30 de julho nós fomos à Prefeitura. Pedimos o carro e esquecemos. Dia 30 de julho. Prefeitura anotou o carro, nós não

estava nem preparado para vim aí foi o jeito jogar bagulho em cima de caçamba e vim [...] (KÁTIA AKRĀTIKATÊJÊ, 2017).

De acordo com relatos, o primeiro a mudar para a nova aldeia foi Ney Grande, seguido por Katia que estava em uma conferência em educação, apresentando-se como uma integrante dos indígenas *Akrātikatêjês*. Naquele momento era importante que a sociedade também soubesse que os *Akrātikatêjê* ainda existiam. Era preciso apresentá-los em vários eventos, como na noite da mudança para a nova aldeia.

O local da nova aldeia ainda era de mata, escuro, não tinha água, nem energia e só havia apenas um caminho estreito para andar. Era um lugar sem banheiro, nem poço e, como eles chegaram à noite, a dificuldade foi ainda maior.

Durante os seis meses em que estiveram construindo a aldeia a infraestrutura foi melhorando. Uma escola foi construída na aldeia (Figura 9), além de novas casas, mas havia também a necessidade de abertura de estradas para possibilitar a coleta de castanha-do-pará.

[...] Falei – Ney Grande, bora fazer estrada para mexer com castanha. Ele disse - rapaz! Bora, bora mexer mesmo. Eu disse - abre estrada e assim facilita nós tirar castanha. Com o dinheiro da castanha nós vamos ter para tirar o carro, mas nós vamos ter que construir um galpão para não dá rato, bota pé de cano, não pensamo que colocamos escada, subia pela escada e aí assim a gente fica pensando, mas nós tem que pensar e fazer... Aí quando foi no outro dia cada um pegou um facão e foi abrindo... Nós tirava de burro, nós vimo, era muito sofrimento para os burro, adoecia muito, bati muito, nós via, nós ia lá dentro da mata e tinha hora que o burro deitava e eu achava assim que era cansaço, diziam ah! Esse burro está com preguiça, nós tinha não, nós tem 10 burro, eu disse: Neygrande as coisas estão tão evoluída e nós usando burro por que nós não paga umas horas de trator e nós vamos desviando do pau sem desmatar a mata, foi o que nós fizemos. Nós fomos desviando com facão sem derrubar a árvore [...] (KÁTIA AKRĀTIKATÊJÊ, 2017).

Figura 9 – Vista frontal da atual escola Akrâtitatêjê



Fonte: A autora

Ainda assim a aldeia sentia falta de seu líder. Segundo Katia, Payaré Akrâtitatêjê não foi para a aldeia porque estava doente, sentia muitas dores e também porque não acreditava que uma aldeia pudesse ser construída tão rapidamente. “[...] Ele já estava adoecendo, ele sentia muita dor no rim, ele disse para nós - Rapaz vocês estão brincando! Pensam que é fácil fazer aldeia! Não é fácil não! [...]” (KÁTIA AKRÂTIKATÊJÊ, 2017).

Depois de seis meses, com uma casa grande de palha e de piso (um pedido feito por Payaré Akrâtitatêjê) ele decidiu se mudar e tornou-se a cacique da aldeia Akrâtitatêjê.

Atualmente a localização da aldeia é na BR 222, km 12, coordenadas 5°09'51.1"S 48°53'45.4"W. A Figura 10 mostra uma imagem, via Satélite, da Aldeia.

Figura 10 - Imagem via Satélite da aldeia.



Fonte: Google

A Terra Indígena Mãe Maria é fonte de recursos naturais valiosos para atividades humanas como a comercialização e o autoconsumo pelas aldeias. Os Akrâtitakatêjê, por exemplo, tem nela a fonte de alimento, renda, bem-estar social, saúde e segurança (GONÇALVES et al, 2012; PASTORE JÚNIOR; BORGES, 1995; FAO, 2007).

A prática ancestral, economicamente viável, de extração dos produtos não madeireiros, como a castanha-do-pará, que proporciona estrutura e funcionalidade da floresta é um meio eficaz de harmonizar os papéis conflitantes das florestas tropicais (BALZON; SILVA; SANTOS, 2004).

A aldeia indígena *Akrâtitakatêjê*, é um exemplo dos povos tradicionais da floresta que dependem da produção da castanha-do-pará. Eles realizam a extração e comercialização da amêndoia, produto muito cobiçado comercialmente na região, mas que é vendido por um valor muito abaixo do mercado, valor este que está diretamente relacionado à distância que há entre o produtor e o mercado consumidor.

A aldeia indígena *Akrâtitakatêjê*, para retornar ao mercado de castanha-do-pará, necessitou identificar áreas que possuíam castanhais e, para isso, foram abrindo ramais que viessem a facilitar a coleta e o transporte. Hoje já existem várias áreas demarcadas, as chamadas “colocações” e para todas essas há denominações como: açaizal mole, união, cafundó, sobre goró.

[...] Colocação é um nome que é chamado, exemplo, igual: quadrado. Esse aqui! Não tem aqui e ali tem (apontando para diferentes regiões) ... vai colocando nome em cada colocação de castanha que é a bola que chama “tipo plantio” e no lugar que não tem a gente não coloca nome... Os castanheiro vão e começam a olhar e na área está caindo, vamos tirar primeiro nessa área e a que não está caindo deixa para depois [...] (NEY GRANDE AKRÂTIKATÊJÊ, 2017).

A exploração desses produtos requer conhecimento prévio das espécies a serem coletadas e das técnicas que serão utilizadas nas colheitas desses produtos, bem como do rendimento real potencial para a comunidade beneficiada (GONÇALVES et al, 2012; FAO, 2007). Apesar de as comunidades possuírem conhecimento de algumas espécies florestais, como as castanhas-do-brasil, ainda existem vários entraves causados pelas limitações impostas para a coleta de determinados produtos. Segundo Allegretti (1996) é a organização inexistente ou deficiente que não possibilita a estruturação da produção para comercialização e a

ausência de políticas públicas dificulta a produção e a distribuição dos produtos oriundos das florestas, até as feiras e os centros comerciais das cidades amazônicas.

A Figura 11 mostra a representação das colocações que têm nome (com castanha) e as que não têm nome (sem castanha) e também os ramais de acesso que foram abertos pelos indígenas, primeiramente, com o auxílio de um facão para abertura a retirada da mata com a ajuda de tração animal. Porém, eles relatam que os burros sofriam muito. Ficavam exaustos e dentro da mata, sem conseguir se recuperar, deitavam de cansaço. Por esse motivo, decidiram retirar uma verba para alugar um trator para fazer esse serviço, mas ainda existem 10 burros para executarem outros tipos de serviço.

Figura 11 - Representação das “colocações” que tem nome (com castanha) e que não tem nome (sem castanha) e seus ramais de acesso.



Fonte: Amxti Akratikatê⁴ (2017)

Atualmente a coleta ocorre do mês de novembro até o mês março. Todo o processo dentro da floresta é realizado de forma manual, similar ao que Tonini e Borges (2010) descrevem em pesquisas feitas em comunidades de Rondônia, assim

⁴ Índigena da aldeia

como Silva et al (2013) descrevem que observaram nos estudos feitos em Comunidades da Mesorregião Baixo Amazonas, Pará.

Os castanheiros fazem o reconhecimento de área e coletam todos os ouriços que ficam em baixo da castanheira, com o auxílio de um “pé-de-cabra”. Eles colocam os ouriços dentro de um “paneiro”⁵ e acumulam a produção. Depois quebram os ouriços, retiram as castanhas e colocam dentro de uma saca (Figura 12). O transporte no interior da floresta é feito pelos castanheiros que carregam as sacas nas costas até a primeira via acesso.

Figura 12 – Saca com castanhas coletadas pelos castanheiros



Fonte: A autora

Essas sacas são colocadas em um local de fácil acesso para o carro coletar ou, se a área for de difícil acesso, são transportadas para os ramais. O carro, com carroceria estaciona no local e os indígenas fazem o carregamento das sacas para o carro, como mostra a Figura 13.

Figura 13 - Carregamento das sacas para a carroceria do carro pelos indígenas

⁵ É um cesto de cipó trançado, que serve para armazenar e carregar diversos produtos (CRUZ, 2010)



Fonte: A Autora

[...] Não temos acesso para puxar as castanhas, inclusive estamos fazendo ramal para chegar a essa castanha que é longe e a mata é muito grande...Nós criamos ramal de carro, mas só que o carro não chega todo tempo no pé da castanha, os castanheiros que são pessoas adultas fazem pinicadas até os pés da castanha, lá coleta e joga para a estrada onde o carro vai pegar, onde tem acesso vamos de carro e onde não tem é coletado fazendo caminho as pinicadas. Eles trazem as castanhas até a estrada...[...] (NEYGRANDE AKRÂTIKATÊJÊ, 2017).

Quando as castanhas chegam à aldeia mais indígenas ajudam a retirar as sacas do carro para levarem ao armazém, como mostra a Figura 14.

Figura 14 – Chegada do carro à aldeia e descarregamento das sacas.



Fonte: A Autora

Apenas quando há acumulado uma boa quantidade de castanha, os indígenas disponibilizam para venda aos atravessadores, que compram a castanha e repassam para os comerciantes.

[...] Nós não têm cooperativa leva direto para fábrica e o atravessador sabe o caminho e nós ainda não sabemos...Hoje como tiver vende para a fábrica, quando tiver cooperativa vai ser possível fazer todo procedimento e selecionar castanha...Não tem como estocar a castanha para vender, não tem casa adequada, uma estufa...Mais a frente armazenar a castanha e tentar conseguir uma cooperativa para poder vender mais caro o produto...[...] (NEY GRANDE AKRÂTIKATÊJÊ, 2017).

Os indígenas da aldeia *Akrâtikontaktejê* produzem as castanhas-do-pará e comercializam no valor de R\$ 65,00 (Sessenta e cinco reais) o hectolitro, mas o preço sofre variações e às vezes chega a R\$ 50,00 (Cinquenta reais) o hectolitro. Isso ocorre devido à concorrência existente no mercado local.

Quando chega no período de dezembro como está no começo da safra o valor vai lá pra cima quando entra muita castanha no mercado o preço vai para baixo... Deixa juntar 20 a 30 sacas para poder vender, porque uma quantia boa para poder vender, pouco não compensa e por que tem que dar um valor bom. Por isso tem que estocar a Castanha para poder vender a Castanha (NEY GRANDE AKRÂTIKATÊJÊ, 2017).

Apesar de possuírem um armazém provisório (Figura 15a), a forma de armazenamento não é adequada. O empilhamento deve ser feito em “Pallets” para que as sacas mantenham distância do chão, das paredes e entre as pilhas, (Figura 15b), pois a umidade acima de 70% provoca oxidação e apodrecimento das castanhas.

Figura 15: a: Chegada da castanha no armazém da aldeia; b: armazenamento da castanha



Fonte: A autora

Yokoya, Antunes e Jordão (1971) consideram que o armazenamento e a conservação da castanha-do-pará constituem problemas graves que afetam a comercialização. Segundo os autores, as amêndoas de castanhas podem ser

armazenadas com segurança em ambientes com umidade relativa inferior a 70%, por um período de 8 meses, sem alterações indesejáveis.

“[...] Melhor armazenar a granel, saca perde umidade... Teve um tempo que deixei 100 sacas apodreceu a metade da castanha... [...]” (NEY GRANDE AKRÂTIKATÊJÊ, 2017).

Nas terras indígenas há ainda outro problema grave: a invasão de homens brancos que roubam a castanha da mata. Para proteger seus castanhais, os indígenas se deslocam até o local, armados e acompanham o trabalho do homem branco contratado pela aldeia, o qual se sente ameaçado pelos homens brancos invasores, como o desenho na Figura 16.

Os indígenas necessitam abrir ramais para chegar a pontos de difícil acesso, pois nos lugares onde o carro não consegue chegar para fazer o transporte, os invasores roubam a castanha, fato que diminui a produção da aldeia.

[...] Com a abertura de ramais é possível chegar até as castanheiras e assim combater os invasores. Também invasor que compete estamos tentando buscar e combater invasor... “Nós pega pessoas de fora da rua e dividimos a meia que chamamos, se deu 10 sacas 5 nosso e 5 dele... [...]” (NEY GRANDE AKRÂTIKATÊJÊ, 2017).

Figura 16 – Indígenas fazendo proteção de homem branco contratados para coleta de castanha, de homens brancos invasores



Fonte: Amxti Akrâtikatêjê (2017)

A manutenção do extrativismo na Amazônia exige a conservação da floresta. Para isso faz-se necessário impedir o surgimento de atividades competitivas, melhorar e abrir estradas, manter baixa densidade populacional e, sobretudo, evitar o financiamento de pesquisa de domesticação, uma vez que se tornam indutores do seu desaparecimento (HOMMA, 2012).

O lucro arrecadado com a venda da castanha, que é revertido para comunidade, é investido em outra produção. Os Akrâtikatêjê, em sua nova aldeia

conseguiram se reerguer a partir da comercialização da castanha-do-pará, mas eles tem novos interesses, como a piscicultura por exemplo. Esses são os motivos que os fizeram não abandonar a “roça”, porque dela extraem matéria-prima para a fabricação de ração para os peixes.

[...] Contratamos pessoas de fora e o que eles tiram nós divide e a comunidade produziu nós investe em outra coisa, igual eu comprei banana com o dinheiro que nós pegamos da castanha aplicamos na banana, vendi agora e agora investi no peixe...[...] (NEYGRANDE AKRĀTIKATĒJÊ, 2017).

Os indígenas também reservam uma parte da castanha para alimentação da Aldeia. Eles a consomem comidas feitas com animais (abirarubu), com frutas (o cupuaçu) e também utilizam como leite. Para eles a castanha tem um grande valor nutricional e é indicado para rejuvenescimento.

Como podemos observar na fala a seguir, a castanha reforça e representa traços da identidade desse povo que ainda preserva sua cultura e modo simples de viver que perpassa para gerações futuras.

[...] O homem que comprou o peixe falou: a vida de vocês é tão simples, vocês são próprio dono e eu não vejo orgulho em vocês, se fosse outro não estariam aqui na beira, tava aí querendo se amostrar, andando de carrão, aí eu falei: se tu vier hoje, amanhã, vai ser do mesmo jeito, nós todo tempo assim[...] (KATIA AKRĀTIKATĒJÊ, 2017).

Figura 17 – Indígenas Akrātikatêjê



Fonte: A autora

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os povos indígenas do sudeste paraense: *Parkatêjê*, *Kyikatêjê* e *Akrâtikatêjê*, apesar de ter sofrido violência e ter sido afetado pelos efeitos do deslocamento forçado ao serem retirados do seu território construíram um espaço geográfico, tipicamente seu, que os identifica pela sua interação positiva com o meio.

Em ambos os grupos, estabelecesse-se, há bastante tempo, uma dependência comercial em relação à castanha-do-pará, a qual foi historicamente afetada pelos projetos de desenvolvimento regionais, como por exemplo, a criação do "Linhão de Tucuruí", o qual fizeram com que os grupos perdessem parte dos seus castanhais e de suas terras.

A Terra Indígena Mãe Maria é um lugar de bem-estar social, saúde e segurança para as aldeias, é também um lugar de produção de renda e meio para garantir a alimentação dos povos.

As diferenças entre as práticas culturais, não garantiu uma boa relação entre os *Parkatêjê* e os *Akrâtikatêjê*, no momento em que os grupos foram unificados e *impulsionou* os *Akrâtikatêjê* a buscar o seu espaço, num território no qual pudessem viver de acordo com a sua tradição cultural.

A conquista da aldeia Akrâtikatêjê permitiu a esse povo o retorno ao mercado, por meio da produção da castanha-do-pará (fruto nativo) e com isso passou a garantir o sustento da aldeia, bem como a possibilitar o investimento em outras produções.

Contribuir, por meio desse estudo, para a criação de uma denominação de origem para a castanha-do-pará da Terra Indígena Mãe Maria é gratificante para o pesquisador que busca inserir no contexto científico registros preciosos sobre os Povos Indígenas no Brasil, sendo também relevante para os indígenas, os quais se sentem valorizados.

A castanha-do-Pará tem um significado cultural com características distintas presentes da Aldeia Akrâtikatêjê por isso ser necessário que ao comercializar seja mostrada a identidade do povo. Assim ser possível perceber o preciosismo do povo indígena e aprender com o seu modo de viver.

REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, M. H. Política para o uso dos recursos naturais renováveis: a região Amazônica e as atividades extrativistas. In: CLÜSENER-GOLDT, M; SACHS, I. **Extrativismo na Amazônia brasileira:** perspectivas sobre o desenvolvimento regional. Montevideo: UNESCO, 1996. 96 p.

ALMEIDA, A. W. B. **Carajás:** a guerra dos mapas. Belém: Falangola, 1994.

ARNAUD, E. C. **Noticia sobre os índios Gaviões de Oeste - Rio Tocantins, Pará.** Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi. Nova Série Antropologia, n. 20, p. 1-35, maio 1964. Disponível em: <<http://repositorio.museu-goeldi.br/handle/mgoeldi/760>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

ARNAUD, E. Os índios gaviões de Oeste: Pacificação e integração. Publicações Avulsas nº 28. Belém, Museu Emilio Goeldi, 1975.

_____. **O índio e a expansão nacional.** Belém: CEJUP, 1989.

AZANHA, G. A "Forma Timbira": **Estrutura e Resistência.** São Paulo: Dissertação de mestrado, FFLCH/USP, 1984.

BALZON, D. R.; SILVA, J. C. G. L.; SANTOS, A. J. Aspectos mercadológicos de produtos não madeireiros: análise retrospectiva. **Floresta**, [online], 2004, v. 34, n. 3, p. 363-371. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/floresta/article/view/2422/2024>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

BERTOZZI, L. Designations of origin: quality and specification. **Food Quality and Preferences**, [on line], v.6, p.143-147, 1995.

BORGES,L.R.M. **Hidrelétrica do Madeira:** Análise da Dinâmica Socioambiental no Distrito de Mutum Paraná. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). Porto Velho: Fundação Universidade Federal de Rondônia,2009.

BOSCOLO, O. H.; FERNANDES, L. R. R. M. V.; SENNA-VALLE, L. Etnobotânica como ferramenta para identificação de indicações geográficas e marcas coletivas em comunidade da Região Serrana do Rio de Janeiro. **Revista GEINTEC**, São Cristóvão/SE, v. 5, n. 1, p.1662-1673, 2015.

BRAGA, C.; MORELLI, G.; LAGES, V. N. (Org.). **Territórios em movimento:** cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Brasília, DF: SEBRAE Nacional, 2004. 352 p.

BRUCH, K. L. Tradição e cultura preservadas: indicações geográficas são meio para assegurar reconhecimento aos diferenciais de uma região produtora. **Jornal Bon Vivant**, Flores da Cunha, p. 12, jan/fev. 2009.

CASABIANCA, F. et al. Terroir et typicité: deux concepts-clés des appellations d'origine contrôlée. Essai de définitions scientifiques et opérationnelles. In: SYMPOSIUM INTERNATIONAL TERRITOIRES ET ENJEUX DU DÉVELOPPEMENT RÉGIONAL. **Communication...** Lyon, Francia: 2005. Disponível em:

<http://www.inra.fr/rhone-alpes/symposium/pdf/session3-4_2.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2014.

CAVALCANTE, P. B. **Frutas comestíveis da Amazônia**. Belém: MPEG/ESALQ/USP, 1972. 84 p.

_____. **Frutas comestíveis da Amazônia**. 5. ed. Belém: CEJUP, 1991. 279 p.

CLAY, J. W. Brazil nuts. The use of a keystone species for conservation and development. In: FREESE, C. H. (Ed.). **Harvesting wild species**: implications for biodiversity conservation. Baltimore: John Hopkins University, 1997. p. 246-282.

CLEMENT, C. R. Castanha-do-Pará (*Bertholletia excelsa*). In: CLAY, W. J.; SAMPAIO, P. T. B.; CLEMENT, C. R. **Biodiversidade amazônica**: exemplos e estratégias de utilização. Manaus: SEBRAE-PDET, 1999. p. 118-131.

CIFOR Best Brazil nut practice in Bolivia. Bogor (Indonesia), Center for International Forestry Research, 2009.

COOPERACRE. **Dados referentes à produção de castanha do Brasil nos anos 2001-07**. Rio Branco, 2008. Entrevista realizada em 17/03/2008.

CORSETTI, Berenice. Análise documental no contexto da metodologia qualitativa. **UNIrevista**, vol. 1, n° 1: 32-46 (janeiro 2006). Disponível em: <http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/ART%2005%20BCorsetti.pdf> Acesso em: 21 de abril de 2011.

COSTA, L.; Barboza, T. M. Situação sociolinguística dos Gavião Kykatêjê: conflito entre as línguas. **Revista Brasileira Linguística e Antropológica**, Brasília, DF, v. 8, n. 1, jul. 2016.

COSTA, S. P. E. **Microbiota fungica e espécies produtores de aflatoxinas, ocratoxinas e citrinina em castanha-d0-brasil. Bertholletia excelsa Humboldt e Bompland**. (Dissertação de Mestrado em Criptogamas). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1991).

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2. ed. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

Cruz, T. A. Mulheres da floresta do vale do Guaporé e suas interações com o meio ambiente. **Revista Estudos Feministas**, São Paulo, v.16, n. 3, p. 913-925, 2010.

DONADIO, L. C.; MÔRO, F. V.; SERVIDONE, A. A. **Frutas nativas**. São Paulo: Novos Talentos, 2002.

D'AGOSTINI, L. R.; SOUZA, F. N. S.; ALVES, J. M. **Sistemas agroflorestais**: menos em quantidade e mais em regularidade. Palmas, TO: UNITINS, 2007. 88 p.

DALLABRIDA, V. R. et al. Indicação geográfica da erva mate no território do contestado: reflexões e projeções. **Desenvolvimento Regional em debate**, Santa Catarina, v. 4, n. 2, p. 44-77, jul./dez. 2014.

DENARDIN, V. F.; SULZBACH, M. T. Produtos com identidade territorial: o caso da farinha de mandioca no litoral paranaense. In: SAQUET, M.A.; SANTOS, R. A. **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 219-236.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Non-wood forest products 13: Resource assessment of non-wood forest products**, [online]. Roma: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2007. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/004/Y1457e/Y1457e00.HTM>>. Acesso em: 10 maio 2014.

FERRAZ, I. **Os Parkatêjê das matas do Tocantins**: a epopeia de um líder Timbira. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.

_____. **De “Gaviões” a “Comunidade Parkatêjê”**: uma reflexão sobre processos de reorganização social. 1998. 212 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Joao Pacheco de Oliveira Filho.

FANON, F. Da violência no contexto internacional. In: _____. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 75-85. (Coleção Perspectivas do Homem: Série Política, v. 42).

FANON, F. Guerra colonial e perturbações mentais. In: _____. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 211-229. (Coleção Perspectivas do Homem: Série Política, v. 42).

FOUCAULT, M. **Tecnologías del yo y otros textos afines**: introducción de Miguel Morey. Barcelona: Paidós, 1990. (Série A).

FLORES, M. La identidade cultural como base de uma estratégia de desarrollo sostenible. **Revista Opera**, Bogotá, Colômbia, n. 7, 2007, maio, p. 35-54.

FOLHES. **Estudo etnoecológico da terra indígena Mãe Maria**. 2006.

GONÇALVES, D. C. M. et al. Aspectos mercadológicos dos produtos não madeireiros na economia de Santarém-Pará, Brasil. **Floresta e Ambiente**, Rio de Janeiro, jan./mar., v. 9, n. 1, p. 9-16, 2012.

GUIMARÃES, J. Z. S. **Gavião, não! Nós somos Parkatêjê**. Santa Catarina: UFSC, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/131019>>. Acesso em: 15 maio 2017.

GURGEL, V. Aspectos jurídicos da indicação geográfica. In: LAGARES, L.; LAGES, V.; BRAGA, C. (Org). **Valorização de produtos com diferencial de qualidade e**

identidade: indicações geográficas e certificações para competitividade nos negócios. Brasília: SEBRAE, 2006.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DPeA, 1997.

HOMMA, A. K. O. **Extrativismo, biodiversidade e biopirataria na Amazônia.** Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. 101 p.

_____. Extrativismo vegetal ou plantio: qual opção para a Amazônia? **Estudos avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 167-186, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). Resolução nº 75/INPI de 28 de novembro de 2000. **Estabelece as condições para o registro das indicações geográficas.** Disponível em: <http://www.dannemann.com.br/dsbim/uploads/imgFCKUpload/file/Resolucao_INPI_N075_2000.pdf>. Acesso em: 25 maio 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indígenas.** Disponível em: <<https://indigenas.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

_____. **Produção de extrativismo vegetal e silvicultura:** 2009. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2010, v. 23.

LORENZI, H. **Árvores brasileiras:** manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. 4. ed. Nova Odessa: Plantarum, 2000. 368 p. v. 1

MAUÉS, M. M.; OLIVEIRA, P. E. A. M. Consequências da fragmentação do habitat na ecologia reprodutiva de espécies arbóreas em florestas tropicais, com ênfase na Amazônia. **Oecologia Australis**, Uberlândia, v. 14, p. 238-250, 2010.

LARAIA, R. B.; MATTA, R. **Índios e castanheiros:** a empresa extractiva e os índios no médio Tocantins. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

LUCIANO, G. S. **O índio brasileiro:** o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília; Rio de Janeiro: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

_____. Povos indígenas e etnodesenvolvimento no Alto Rio Negro. In: Athias, R.; Pinto, R. P. (Org.). **Estudos indígenas:** comparações, interpretações e políticas, São Paulo: Contexto, 2008. p. 27-44. (Série Justiça e Desenvolvimento).

MARCONDES, N. A. V.; CASTRO, M. A. C. D.; LEÃO, M. A. B. G. Contextos indígenas como fator de desenvolvimento bioecológico de seus membros: relato de experiência. **Revista Ciências Humanas, Taubaté, SP**, v. 7, n. 2, p. 87-103, ago./dez. 2013.

MAIORKI, G. J; DALLABRIDA, V. R. A indicação geográfica de produtos: um estudo sobre sua contribuição econômica no desenvolvimento territorial. **Interações**, Campo Grande, v. 16, n. 1, p. 13-25, jan. /jun. 2015.

MARTINS, J. S. O tempo da fronteira: retorno a controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 8. n. 1, p. 25-70, maio 1996.

MARTINELLI, M. L. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social. In: _____. (Org.). **Pesquisa Qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 2003. p. 19-29.

MARTINS, L.; SILVA, Z. P. G.; SILVEIRA, B. C. Produção e comercialização da castanha do Brasil (*Bertholletia excelsa*, H.B.K) no Estado do Acre- Brasil, 1998-2006. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco, AC. **Anais...** Rio Branco, AC: 2008.

MASTOP-LIMA, L. N. Etnodesenvolvimento, educação e diversidade: experiências entre povos indígenas e agricultores familiares no território sudeste paraense. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 10-38, jul./dez. 2015.

MENDONÇA, N. T. O ataque aos direitos humanos dos povos indígenas brasileiros: 1946 – 1988. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, Uberlândia, MG, v. 29, n. 1, 2016.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: _____. et al. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 9-29.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MIRANDA, A. B. **Os “Gaviões da Mata”**: uma história da resistência timbira ao estado. 180 f. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e da Terra) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História, Goiânia, 2015.

LIMA, A. C. S. “O exercício da tutela sobre os povos indígenas: considerações para o entendimento das políticas indigenistas no Brasil contemporâneo”. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 55, n. 2, jul. /dez. 2012.

MORI, S. A.; PRANCE, G. T. Taxonomy, ecology, and economy botany of the Brazil nut (*Bertholletia excelsa* Humb. and Bonpl.: Lecythidaceae). **Advances in Economic Botany**, New York, n. 8, p. 130-150, 1990.

MULLER, C. H.; FIGUEIREDO, F. J. C.; CARVALHO, J. E. U. **Características comparativas entre frutos e sementes de Castanha-do-pará**. Belém: EMBRAPACPATU, 1995. 21 p.

NASCIMENTO, D. E.; SOUZA, M. Valorização do terroir: uma estratégia de desenvolvimento local. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; PINTO, R.; PAHIM, R. (Org.). **Estudos indígenas**: comparações, interpretações e políticas. São Paulo: Contexto, 2008. p. 27-44.

PASTORE JUNIOR F.; BORGES, V. **Extração florestal não-madeireira na Amazônia: armazenamento e comercialização.** Brasília, DF: ITTO/FUNATURA/IBAMA/LATEQ-UnB, 1995. 73 p.

PAULA, M. A. B.; CÉSAR, A. C. G. **Metodologia de pesquisa.** São Paulo: Universidade de Taubaté/SP, 2011. Aulas ministradas no Programa de Mestrado Acadêmico e Interdisciplinar em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais.

PENNACCHIO,H.L. **Catanha-do-brasil:** proposta de preço mínimo safra 2006/2007. Brasília: Mapinguari, 2006. p. 08-10.

PINHEIRO, M. R. R. **Estudo de variabilidade genética de Aspergillus flavus como base para o desenvolvimento de PCR Multiplex para detecção de fungos produtores de aflatoxinas em castanha-do-pará e castanha de caju.** 149 f. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Genômicas e Biotecnologia) - Universidade Católica de Brasília, 2004.

RAMÍREZ, E. La Identidad como elemento dinamizador de la economía territorial. **Revista Opera**, n. 7, p. 55-67, 2007.

RIBEIRO JÚNIOR, R. **Akrātikatêjê:** resistência e dominação na luta pelo território. 106 f. 2014. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, PA, 2014.

_____. Entre deslocamentos e cisões: a trajetória dos Akrātikatejê na luta por seu território. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 2., 2013, Belo Horizonte. **Anais...** 2013. Disponível em: <www.2coninter.com.br/artigos/pdf/307.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2014.

_____. Akrātikatêjê: a luta pelo reconhecimento do seu território. **Revista Cofronteiras**, Marabá, PA, v. 1, n. 1. abr. 2017a.

_____. Paiaré, Uma História de Resistência. In: RICARDO, Beto & RICARDO, Fani. Povos Indígenas do Brasil: 2011-2016, São Paulo, Instituto Socioambiental, 2017.

ROCHA, A. V. A questão dos índios brasileiros: algumas análises. In: ENCONTRO TOLEDO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA. 2015, São Paulo. **Anais...** São Paulo, v. 11, n. 11, 2015.

SÁ, C. P.; BAYMA, M. M. A.; WADT, L. H. O. **Coeficientes técnicos, custo e rentabilidade para a coleta de castanha-do-brasil no Estado do Acre:** sistema de produção melhorado. Rio Branco: Embrapa Acre; 2008. 4 p. (Comunicado Técnico 168).

SALOMÃO, R. P. A castanheira: história natural e importância socioeconômica. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Naturais**, Belém, v. 9, n. 2, p. 259-266, maio-ago. 2014.

SANTILLI, J. Os “novos” direitos socioambientais. **Revista Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas**, Santo Ângelo, RS, n. 9, p. 6-18, 2006.

SANTOS, J. L. R. **Xikrín versus Vale**: direitos olvidados. Tese (Doutorado em Direitos Humanos) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

SANTOS, D. et al. Potencialidades e aplicações da fermentação semi-sólida em Biotecnologia. **Janus**, Lorena, SP, v. 4, p. 164-183, 2006.

_____. Potencialidades e aplicações da fermentação semi-sólida em Biotecnologia. **Janus**, Lorena, SP, v. 3, n. 4, p. 164-183, 2007.

SANTOS, D. et al. “As leis são uma invenção”: por uma racionalidade epistêmica protagonizada pelos Akrātikatējê (Gavião da Montanha). **Mediações: Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 22 n. 2, p. 204-222, jul./dez. 2017b.

_____. Paiaré, Uma História de Resistência. In: RICARDO, Beto; RICARDO, Fani. **Povos Indígenas do Brasil**: 2011-2016, São Paulo, Instituto Socioambiental, 2017c.

SANTOS, J. L. R. Povos indígenas, direito e estado: rompendo cânones do integracionismo jurídico. **Revista Novos Estudos Jurídicos: Eletrônica**, Itajaí, SC, v. 20, n. 1, jan-abr. 2015.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ; M. Territorialidade e Identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, Ituiutaba – MG, v. 1, n. 31, p. 3-16, 2009.

SCOLES, R. Do rio Madeira ao rio Trombetas: novas evidências ecológicas e históricas da origem antrópica dos castanhais amazônicos. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 14, n. 2, p. 265-282, dez. 2011.

SERRANO, R. O. P. **Regeneração e estrutura populacional de Bertholletia excelsa h. B. K. Em áreas com diferentes históricos de ocupação, no vale Do Rio Acre (Brasil)**. 2005. Rio Branco, AC. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Manejo de Recursos) - Universidade Federal do Acre, 2005. 59 p.

SILVA, A. A. et al. Potencial do extrativismo da Castanha-do-Pará na geração de renda em comunidades da Mesorregião Baixo Amazonas, Pará. **Floresta e Ambiente**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 500-509, 2013.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em: <https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes_4ed.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2013.

SOUZA, A. H. **Castanha-do-pará**: estudo botânico, químico e tecnológico. Rio de Janeiro: SAI, 1963. 69 p. (SAI estudos técnicos; 23).

SOUZA FILHO, C. F. M. **O Renascer dos povos indígenas para o direito**. Juruá, Curitiba: 2008. 212 p.

SOUZA, M. L. **Estudos de processos tecnológicos para a obtenção de produtos derivados de castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*, H. B. K.)**. 139 f. 1984. Dissertação (Mestrado em Tecnologia de Alimentos) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1984, 139 p.

_____. **Processamento de cereais matinais extrusados de castanha-do-pará com mandioca**. 191 f. Campinas, SP. Tese (Doutorado em Tecnologia de Alimentos) - Universidade Federal de Campinas, Faculdade de Engenharia de Alimentos, Campinas, SP, 2003.

VALENTE, M. E. R. et al. Indicação geográfica de alimentos e bebidas no Brasil e na União Europeia. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 42, n. 3, mar, 2012.

VELLOSO, C. Q. **Indicação Geográfica e Desenvolvimento Territorial Sustentável**: A atuação dos atores sociais nas dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável: A atuação dos atores sociais nas dinâmicas de desenvolvimento territorial a partir da ligação do produto ao território: um estudo de caso em Urussanga, SC. 166 f. 2008. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Florianópolis, 2008.

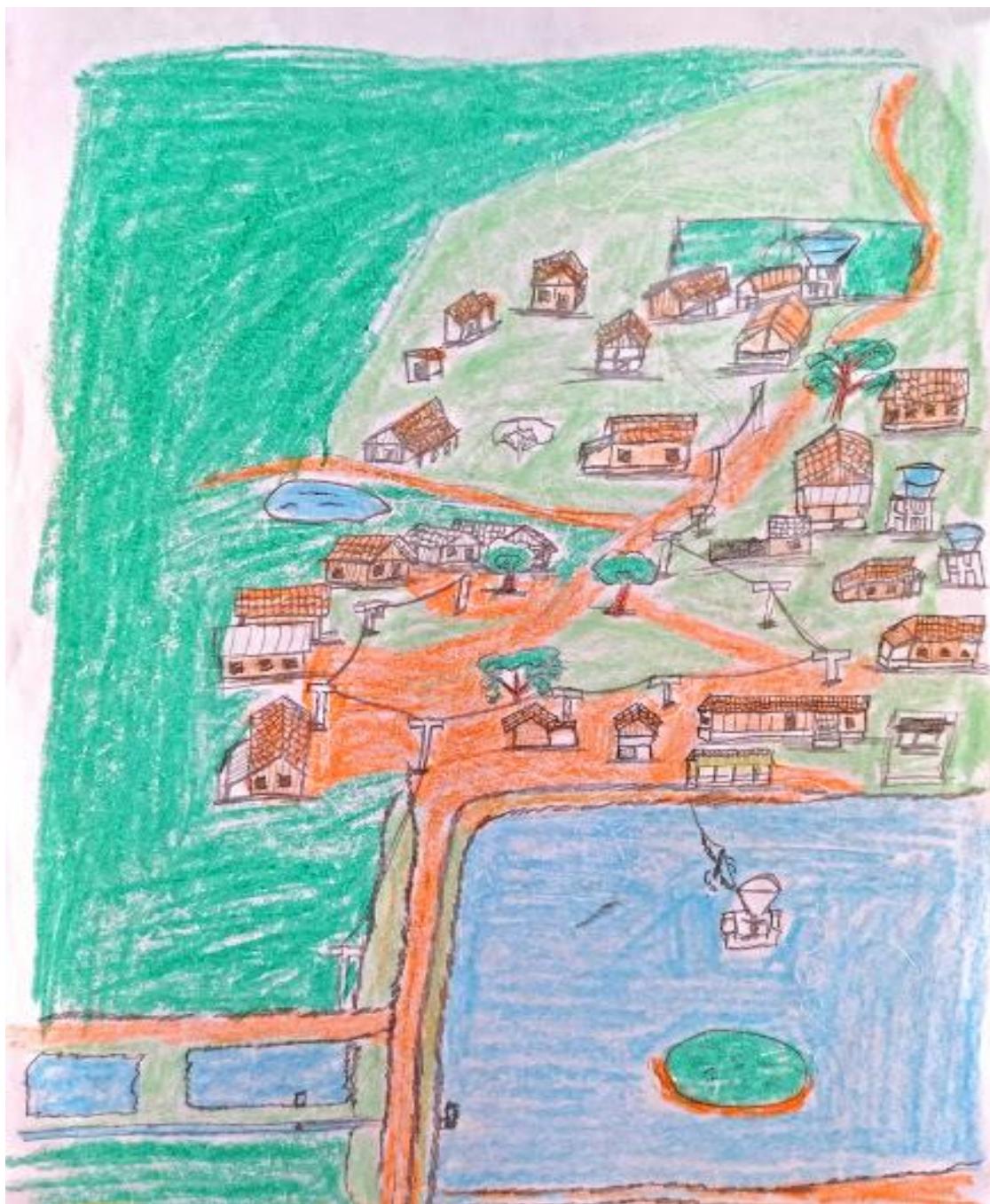
YOKOYA, F.; ANTUNES, A. J.; JORDÃO, B. A. Deterioração da castanha-do-pará: II. Armazenamento das castanhas. **Revista Brasileira de Tecnologia**, São Paulo, v. 2, p. 117-120, 1971.

WADT, L. H. O.; KAINER, K. A.; GOMES-SILVA, D. A. P. Population structure and nut yield of a *Bertholletia excelsa* stand in Southwestern Amazonia. **Forest Ecology and Management**, New York, v. 211, n. 3, p. 371-384, jun. 2005.

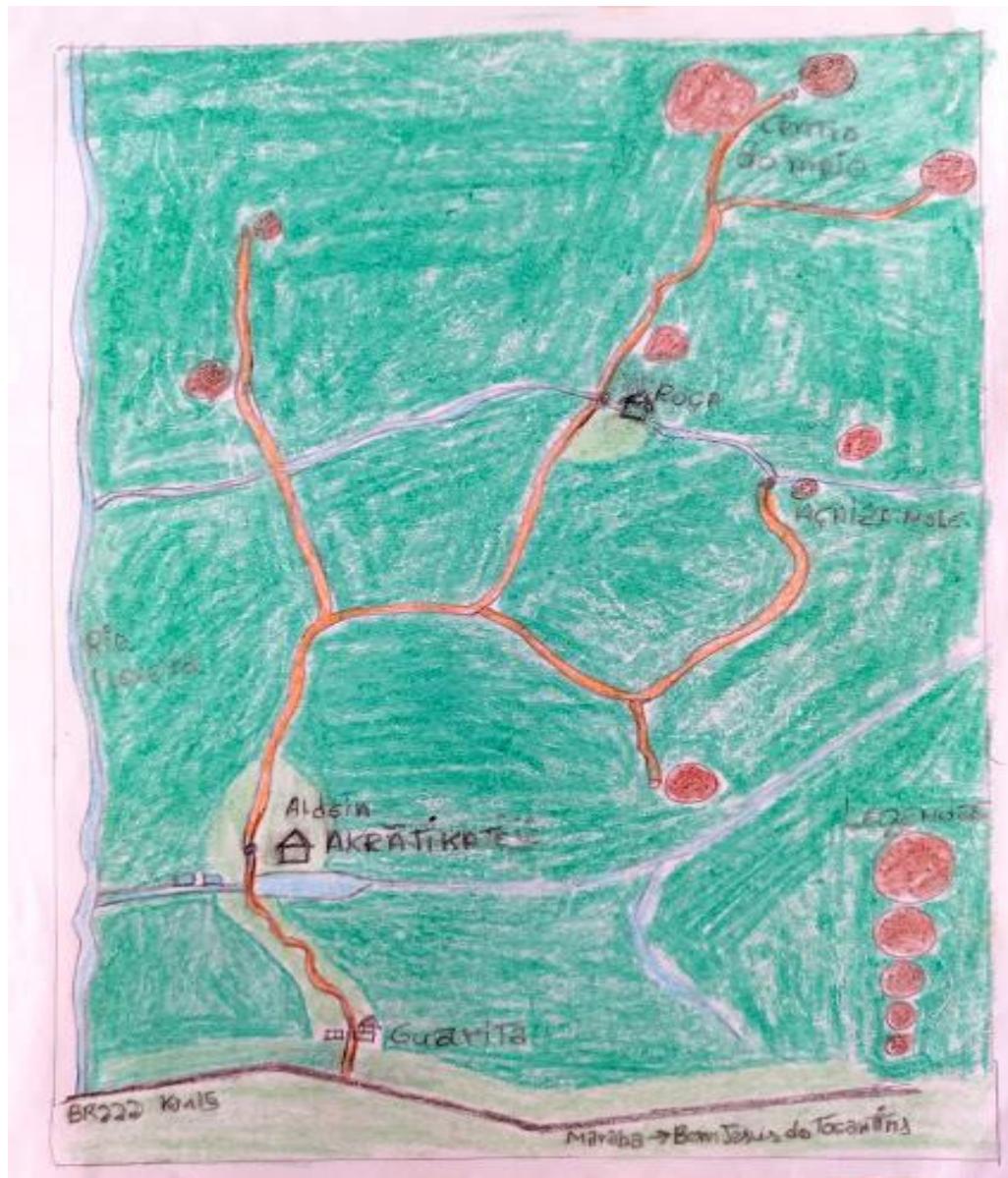
APÊNDICES

APÊNDICE A - INDÍGENA AMXTI AKRĀTIKATÊJÊ ELABORANDO OS DESENHOS CONTENDO INFORMAÇÕES DA ALDEIA

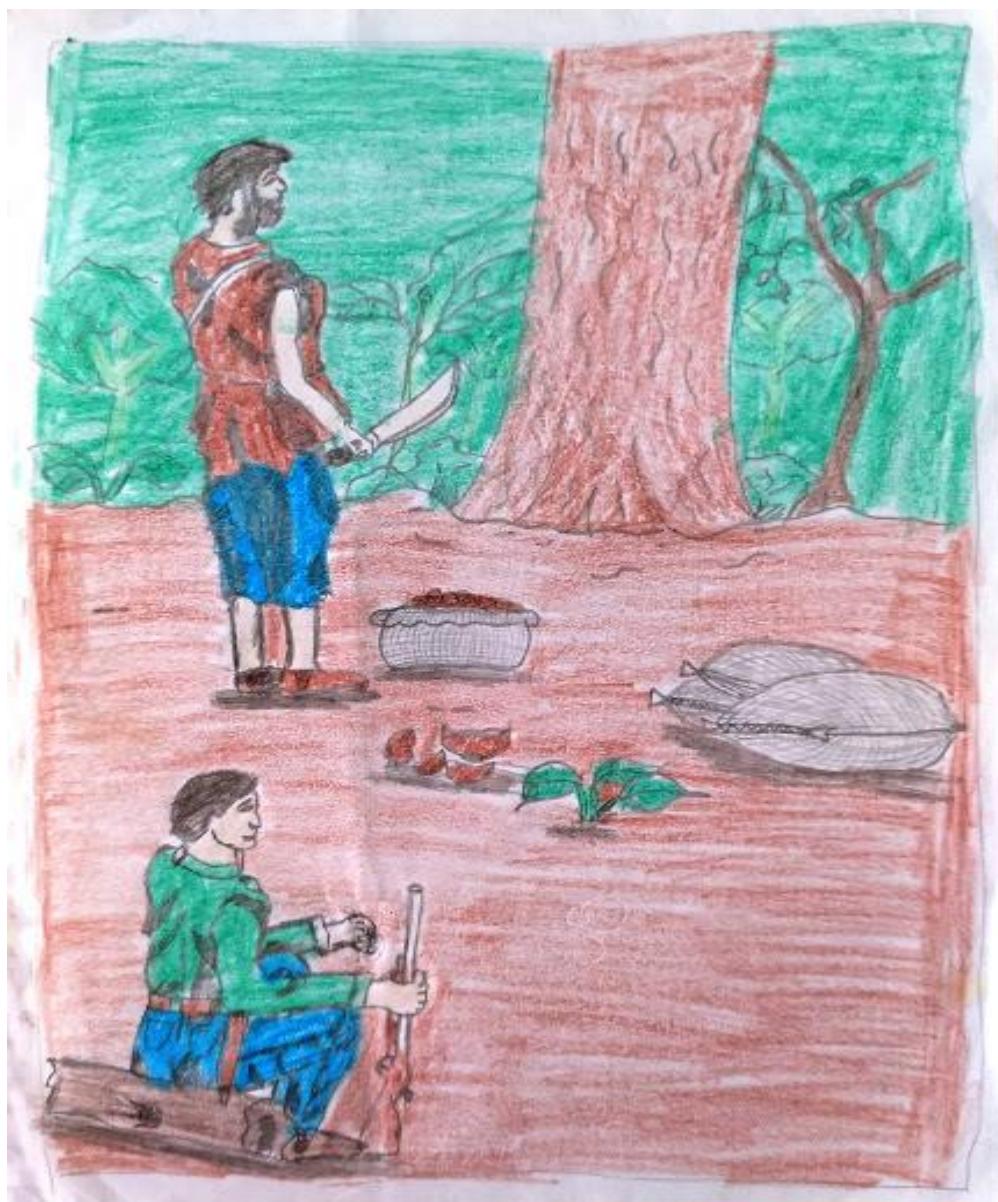


APÊNDICE B - ALDEIA AKRÃTIKATÊJÊ

APÊNDICE C - MAPA DAS COLOCAÇÕES QUE TEM O NOME DA CASTANHA E QUE NÃO TEM CASTANHA E SEUS RAMAIS DE ACESSO

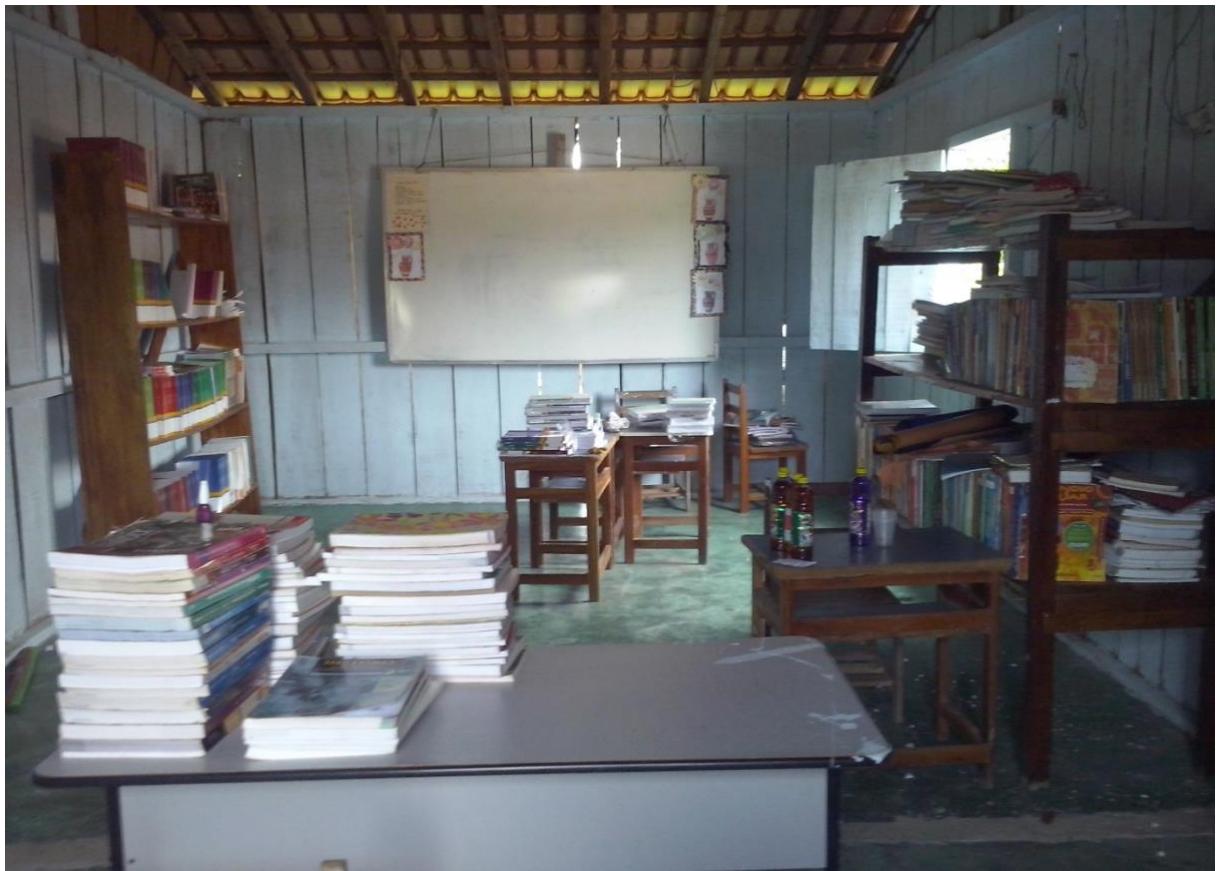


APÊNDICE D - INDIGENAS FAZENDO PROTEÇÃO DO HOMEM BRANCO PARA A COLETA DA CASTANHA DE HOMENS BRANCOS INVASORES



APÊNDICE E - TRANSPORTE DAS CASTANHAS

APÊNDICE F - FOTOS BIBLIOTECA DA ALDEIA INDÍGENAS- ANTES DE PASSAR POR UM PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO E DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO



APÊNDICE G - FOTOS BIBLIOTECA DA ALDEIA INDÍGENAS- APÓS TER PASSADO POR UM PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO E DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO



APÊNDICE H - INDÍGENAS COM PINTURAS

**APÊNDICE I - FOTO DO INDÍGENA ADMINISTRADOR DA ALDEIA
AKRĀTIKATÊJÊ- NEY GRANDE**



**APÊNDICE J - FOTO ENTREVISTA REALIZADA COM A CACIQUE KÁTIA
CILENE DA ALDEIA AKRÃTIKATÊJÊ**



APÊNDICE K - FOTOS PRIMEIRA REUNIÃO COM A CACIQUE KÁTIA CILENE E INTEGRANTES DA ALDEIA



**APÊNDICE L - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA
ALDEIA AKRĀTIKATÊJÊ**